



Andreia Sofia Ramos dos Santos Neves Vilhena

2º Ciclo de Estudos em Ciências da Comunicação- Comunicação Política

Relatório de Estágio na Rádio Renascença e Estudo de Caso sobre o “Tratamento da
Informação Política na Rádio Renascença”

2012-2013

Orientador: Professora Doutora Ana Isabel Reis

Resumo

O relatório que se apresenta resultou do estágio de três meses realizado na redação da Rádio Renascença-Porto entre Janeiro e Março de 2013, no âmbito do segundo ano de Mestrado em Ciências da Comunicação na variante de Comunicação Política. Por conseguinte, pretende-se abordar os trabalhos realizados nesse período em colaboração com a equipa de jornalistas. A experiência do estágio resultou ainda num estudo de caso, realizado através de observação direta e da recolha diária de dados que permitiram aferir qual o “tratamento da informação política na Rádio Renascença”.

Para suportar a estratégia utilizada na estação de rádio, apresenta-se um estudo teórico assente em teorias de vários investigadores em Comunicação sobre a ação dos Media em sociedade e na relação com o atores políticos. Neste âmbito é proposto um enquadramento da relação entre Jornalismo e Política com base em fatos históricos que marcaram o desenvolvimento da Política e o apogeu do Jornalismo desde as origens até aos dias de hoje.

Abstract

This report resulted from an internship at the Radio Renascença-Porto newsroom, from January to March 2013 as part of Master in Science of Communication-Politic Communication. This document was made using direct observation and a daily collection of elements in order to obtain data about the “treatment of politic information at the Radio Renascença”.

In order to support the strategy used in that radio station, a theoretical study is presented, supported by the theories developed by Media investigators, related to the action of the Media in the society and the relations with the politics actors. In this context, it is proposed a stage for the connection between Journalism and Politics, based on the historical facts that marked the development of it and the apogee of the Journalism, since its origins until the present day.

Palavras-Chave: Comunicação, Informação, Jornalismo, Política, Rádio

Índice

Introdução

I. Caracterização da Rádio Renascença	7
1. A História	7
2. Organização Interna e Modo de Funcionamento	9
3. A Rotina da redação	10
4. A redação	10
5. A Agenda	11
6. A seleção das notícias	12
7. O contato com as Fontes	14
8. Os Meios Técnicos	15
II. O Jornalismo e a Política	16
1. O apogeu do Jornalismo na Política	17
2. A Política	20
3. A prática do Jornalismo e o desenvolvimento do Jornalismo em Portugal	26
4. O jornalismo Político em Portugal pós 25 de Abril de 74	28
5. A comunicação na política	29
6. O Meio Rádio: as condições que levaram à evolução da Rádio em Portugal	33
6.1 As rádios livres ou “piratas”	35
6.2. Lei da Rádio	36
7. O poder dos grupos económicos	37
III. Tratamento da Informação Política na RR: estudo de caso sobre a RR	39
1. Objetivos do Estudo	39
2. Metodologia:	39
3. Janeiro-Março 2013: Contexto Político do país durante a investigação	41
4. A análise de dados relacionada com o contexto entre Janeiro-Março/2013	43
5. As Fontes de Informação	48
6. Discussão dos Resultados	50
7. Conclusões	56
IV. O Estágio	60
1. Trabalhos Gravados	61
2. Lista de trabalhos gravados e de reportagens realizadas durante o estágio	63

Conclusão	65
Bibliografia	67
Anexos	72
Tabelas	75

Nota Inicial

Lenta a raça esmorece, e a alegria
É como uma memória de outrem. Passa
Um vento frio na nossa nostalgia
E a nostalgia touca a desgraça.

Pesa em nós o passado e o futuro.
Dorme em nós o presente. E o sonhar
A alma encontra sempre o mesmo muro,
E encontra o mesmo muro ao despertar.

Quem nos roubou a alma? Que bruxedo
De que magia incógnita e suprema
Nos enche as almas de dolência e medo
Nesta hora inútil, apagada e extrema?

Os heróis resplandecem a distância
Num passado impossível de se ver
Com os olhos da fé ou os da ânsia;
Lembramos névoas, sonhos a esquecer.

(“Elegia na Sombra”, in *Mensagem*, Fernando Pessoa)

Dedico o poema de Fernando Pessoa a todas as pessoas que estiveram diretamente envolvidas no Mestrado em Comunicação Política, tornando-o possível de realizar no ano letivo 2012-1013. Cumpre, por isso, saudar o acolhimento de toda a equipa que abriu as portas da Rádio Renascença-Porto durante três meses para que pudesse realizar o estágio no âmbito do segundo ano de Mestrado, através do Protocolo estabelecido com a Faculdade de Letras do Porto. Fica também uma palavra de apreço e de agradecimento pelo acompanhamento, orientação, disponibilidade e encorajamento da Professora Ana Isabel Reis ao longo do ano do curso. Como é “lenta a raça esmorece, e a alegria. É como uma memória de outrem” não podia deixar de felicitar a minha família, por todo o apoio para avançar de novo para os estudos ao fim de doze anos de terminar a Licenciatura.

Introdução

O estágio na Rádio Renascença-Porto começou a 07 de Janeiro de 2013 no âmbito do segundo ano de Mestrado em Comunicação Política na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O presente relatório visa expor a observação participada levada a cabo durante um período de três meses até 07 de Abril de 2013 na redação do Porto da Rádio Renascença (RR), sito na Rua Dr. António Luís Gomes em Vila Nova de Gaia. A experiência profissional acumulada desde o fim da Licenciatura em Comunicação Social em 1999-2000 até ao ano em curso foi determinante para escolher a opção do Estágio, de preferência em rádio, pois é o meio de comunicação social onde se tem realizado todo o percurso laboral na medida em que a Faculdade de Letras dispõe de duas opções para os alunos: a elaboração de uma tese ou a realização de um estágio e respetivo relatório.

O estágio era uma oportunidade para observar diretamente o funcionamento e a organização de um órgão de comunicação de cobertura nacional desde os contatos com as fontes, a definição do alinhamento dos noticiários, os valores-notícia para a seleção das notícias e até a escrita em rádio. Por outro lado, também permitia a recolha de dados *in loco* para o estudo de caso que acompanha este relatório, cujo objetivo é demonstrar o tratamento da informação política na RR na medida em que a política e o jornalismo estão associados. O estudo delineado incide nos noticiários transmitidos em “horário-nobre” da manhã, dado que foi o turno em que decorria o estágio. Quanto à experiência do estágio em si, era também uma forma de colaborar diretamente no trabalho diário de redação. No início do Estágio estavam definidos os objetivos a cumprir durante os três meses seguintes para que pudesse colaborar com a equipa da redação na execução dos trabalhos diários, desde a realização de contatos telefónicos com as fontes, gravações e até escrever peças sem dar voz, por se tratar de um estágio académico e até acompanhar os jornalistas nas saídas ao exterior. Dado que a área de Mestrado é a Comunicação Política deveria ter em atenção o trabalho desenvolvido pelos profissionais da estação nesta área, desde o primeiro contato telefónico com os políticos, à entrevista e ao trabalho final editado para o noticiário. Neste âmbito, seria útil encontrar o paralelismo entre o trabalho observado no dia-a-dia da redação com os conceitos teóricos desenvolvidos por investigadores quer no campo do relacionamento dos políticos com os jornalistas quer nos efeitos práticos que os Media provocam na opinião pública, em especial na área da política para suporte do estudo de caso.

Hoje em dia, a RR já utiliza a Internet como uma ferramenta de trabalho para a divulgar as notícias produzidas pela estação de rádio para chegar ao maior número de pessoas de diferentes idades, gostos, profissões de um modo mais abrangente. O Grupo RR dispõe ainda de um jornal, o “Página 1” apenas com edição On-Line mas com um grafismo semelhante ao dos jornais impressos. A aposta na televisão concentra-se também na Internet com a V+ há cerca de três anos com a edição de um noticiário gravado alternadamente nos estúdios de Lisboa e do Porto. A equipa da televisão é independente da redação principal da rádio com jornalistas e repórteres de imagem mas existe uma colaboração mútua e diária entre todos.

I. Caraterização da Rádio Renascença



Foto 1 Entrada dos Estúdios da RR-Porto, situados em Vila Nova de Gaia

1. A História

A 01 de Janeiro de 1937 nasceu a Rádio Renascença com a transmissão de emissões diárias em Onda Média e Onda Curta. No dia da inauguração, o Padre Lopes da Cruz, mentor do projeto, lançou um apelo aos ouvintes para divulgarem e transmitirem informações sobre as condições de receção da emissora. Foi o sinal de partida para o projeto que começou a partir de uma ideia lançada em 1933 no artigo “Para um posto emissor ao serviço dos católicos” da autoria do Padre Lopes da Cruz na revista Renascença. Durante quatro anos, desenvolveu-se um movimento de apoiantes a esta iniciativa para construir a Rádio.

Corria o ano de 1934, quando o Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel Gonçalves Cerejeira afirmou “abençoaos gratamente os esforços para dotar Portugal com uma Estação Emissora de Radiotelefonia que possa competir com perfeição técnica com

qualquer outra e bastar às necessidades modernas do Apostolado Católico. Nisto é preciso ver longe e largo. Como com a Imprensa, o que se fizer, deve ser feito com coragem, com largueza, com confiança”. Em Junho de 1936, já se faziam experiências regulares com um emissor instalado na Charneca em Lisboa. O Cardeal aprovou em 1938 os estatutos da Liga dos Amigos da Rádio Renascença que considerou ser “uma associação de Direito Canónico destinada a apoiar o esforço de equipamento técnico da Estação”. No mesmo ano faz-se a oficialização da RR como membro da Ação Católica Portuguesa, tendo ficado o Padre Lopes da Cruz com a responsabilidade do desenvolvimento deste projeto.

Ano após ano, a RR cresceu como órgão de comunicação social em Portugal. A matriz católica continuou a ser a pedra angular do projeto. Em meados dos anos 70 tinha a rede de emissores praticamente completa. Em 1974-1975 surgiu a Revolução do 25 de Abril contra o regime de Ditadura e várias empresas privadas e públicas foram ocupadas e a RR não foi exceção a juntar à destruição dos emissores colocados na Buraca. Nos finais de Dezembro de 1975, a RR retomou a emissão a 1 de Janeiro de 1976 de novo na posse da Igreja. A partir daí, continuou o plano de construção de postos emissores de radiodifusão para expandir a cobertura da Emissora Católica. Nos anos 80, a RR foi líder de audiências e era preciso criar novos projetos numa altura que coincide com a comemoração dos 50 anos da estação. Foi o berço da RFM. A estação tinha uma programação diferente da RR com o objetivo de passar música nova, para entreter e divertir a juventude com boa disposição e com emissão 24 horas por dia. Enquanto, a Rádio Renascença emitia em Onda Média (OM) e Frequência Modelada (FM) a RFM só funcionava em FM estéreo nacional. A RR também emitia programação regional em OM e FM a partir de estúdios próprios instalados nas cidades sedes de Dioceses, como Évora, Viseu e Braga. Nesta fase, a administração da RR quis avançar com uma estação de televisão da Igreja. Mas governo recusou o projeto. A RR não desistiu e começou a desenhar-se um novo canal, a 4. Este sim foi aprovado. Entretanto, os elementos que representavam a RR foram substituídos nos cargos de chefia da estação e abandonaram o projeto de ter um canal de televisão.

Em 1991, a RR estava pronta para abraçar outro projeto, ligado à rádio, em colaboração com mais de 60 rádios locais. Desta forma nasceu a Associação de Rádios de Inspiração Cristã (ARIC) com o propósito de se ajudarem mutuamente a nível técnico e na emissão conjunta de programas. A iniciativa tornou-se conhecida a nível europeu e em 1994 formou-se a Conferência Europeia de Rádios Cristãs (CERC) com rádios de Espanha, França, Holanda, entre outras. Na década de 90, a transmissão via satélite foi mais um

passo “gigante” para a RR chegar a todo o mundo e ficar mais perto dos emigrantes portugueses. Em 1998, o Grupo Renascença lançou a rádio, MEGA FM. A frequência era dedicada aos jovens e feita por jovens para emitir música sobretudo nas zonas de Lisboa, Porto e Coimbra. A partir de 2000, o Grupo Renascença aderiu à Internet e começou a transmitir as emissões das três estações para todo o mundo em sinal direto (RR – www.rr.pt / RFM – www.rfm.pt / MEGA FM – www.megafm.pt). Nos últimos anos, o Grupo apostou na Rádio Sim com as atenções viradas para os mais velhos com o mote “Rádio SIM, uma rádio de hoje, com as músicas do seu tempo!”. Atualmente, o Grupo RR desenvolveu o jornal On-Line “Página 1”, com edição diária de segunda a sexta-feira, a partir da tarde e também disponível em formato PDF e por correio eletrónico. A televisão On-Line, a “V+” existe desde 2012 com noticiários próprios gravados alternadamente nos estúdios de Lisboa e Porto e disponíveis no sítio da RR na Internet. Atualmente, a Rádio Renascença é “uma sociedade por quotas, com Capital Social de € 7.500.000,00 e pertence 60% ao Patriarcado de Lisboa e 40% à Conferência Episcopal Portuguesa”.

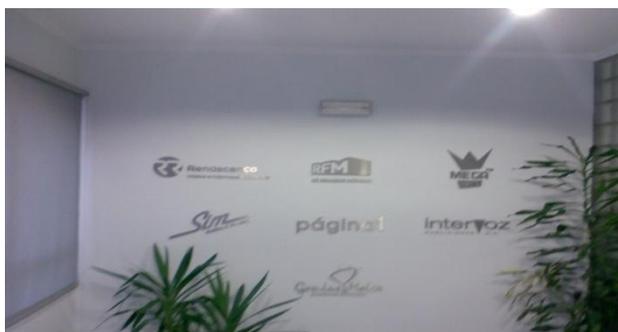


Foto 2 Painel com as empresas que constituem o Grupo RR

2.Organização Interna e Modo de Funcionamento

A RR o foi órgão de comunicação social de acolhimento para a realização do estágio, por isso, é importante destacar alguns aspetos fundamentais que caracterizam e identificam a organização interna e o modo de funcionamento da estação, sobretudo quanto ao trabalho desenvolvido pela equipa da redação (chefe de redação, editor e jornalistas). Os elementos apresentados em seguida foram recolhidos nos estúdios de Vila Nova de Gaia através do método de observação participada quanto à composição da redação e a respetiva rotina, a agenda, a escolha das notícias, a proximidade com as fontes e os meios técnicos disponíveis nas instalações e em reportagem.

Quanto aos conteúdos programáticos, a RR contempla passatempos, música, informação desportiva, noticiários e debate sobre temas da atualidade. Na informação, a Renascença sempre quis marcar a diferença pela objetividade e pelo rigor que pratica no tratamento das notícias como método de trabalho e de filosofia da estação. Tratando-se de uma rádio de confissão católica orienta-se segundo os critérios do rigor, da isenção, da seriedade, da ética e da “moral” contribuindo de algum modo para a formação da opinião pública. Nesta linha editorial foi criado o espaço editorial “Nota de Abertura” dedicado à crítica dos acontecimentos da atualidade à luz dos valores fundamentais do ser humano, permitindo uma reflexão dos factos numa perspetiva da vida cristã.

3.A redação

Os estúdios da RR-Porto estão sediados em Vila Nova de Gaia numa instalação feita de raiz há cinco anos. Há espaços adequados para o estúdio de emissão, ilhas de gravação, gabinetes técnicos, comerciais e de direção, um bar-refeitório e uma capela. A redação é o espaço mais amplo, onde trabalham os jornalistas (inclusive o chefe de redação e subdiretor de informação da estação Pedro Leal). Atualmente existe apenas uma redação que produz conteúdos para os vários meios do Grupo Renascença: a RR, a RFM, a Mega FM, a Rádio SIM, o sítio na Internet e a televisão On-Line, a V+.

A redação do Porto é constituída por sete jornalistas que asseguram a edição dos noticiários, de hora a hora no turno da manhã, entre as 10:00 e as 14:00. Os estúdios de Lisboa asseguram a emissão durante a noite, madrugada e início da manhã. Na passagem de turno, ocorre ao início da manhã numa reunião particular entre o editor e os jornalistas de Lisboa e Porto, via telefone. A equipa do desporto desenvolve um trabalho independente para a produção do programa desportivo “Bola Branca” e para a cobertura de jogos de diversas modalidades, com especial atenção para o futebol. No entanto, existe uma cooperação com a redação para o fornecimento de notícias e de entrevistas com atletas e dirigentes para os blocos noticiosos.

4.A Rotina da redação

A entrada dos Jornalistas nas instalações da RR-Porto começa às sete da manhã. A equipa comenta os temas que marcam o dia e discute algumas propostas para planificar a agenda diária. A noite pode ter dado uma ajuda com o desenvolvimento de assuntos polémicos no panorama político, económico, social, cultural, religioso e desportivo. Há por

isso, necessidade de rever o que está a ser divulgado nas rádios da concorrência, nos sítios da Internet dos vários jornais, rádios e televisões e agências noticiosas, a nacional, Lusa e as estrangeiras, sobretudo a Reuters, Associated Press e AFP. Os jornais já estão na redação e merecem uma leitura e o editor acaba por escolher alguns assuntos e distribuí-los pela equipa para fazer os contatos telefónicos. O subeditor Henrique Cunha referiu que “ se faz uma busca constante e hoje é muito mais difícil distinguir o que é importante, pois há tudo à distância de um clique”.

A próxima etapa é contactar com as fontes e o jornalista deve recorrer à agenda particular de contatos ou à da estação. O editor reúne com cada jornalista para indicar qual o ângulo para abordar determinada notícia que pode ser o confronto de opiniões, a procura de um novo ponto de vista e até colocar questões em aberto que gerem discussão.

5.A Agenda

A agenda da redação serve para registar os trabalhos, programados com antecedência por entidades diversas e marcar o início de novos trabalhos de investigação e de pesquisa feitos pela própria equipa da redação. Por outro lado, é um auxiliar de memória para ajudar na organização dos assuntos do dia e na distribuição de alguns trabalhos pela equipa de jornalistas. Na RR utilizam-se duas agendas. Uma é elaborada pela redação, na qual se registam os assuntos considerados relevantes no âmbito da metodologia e estratégia da estação de rádio, cuja responsabilidade é do editor Sérgio Costa ou do subeditor Henrique Cunha. Ambos decidem o que agendar à medida que chegam os comunicados de imprensa e os convites por via CTT ou por correio eletrónico sem esquecer os acontecimentos inesperados ou os que surgem de véspera o que obriga à revisão da agenda e à redistribuição dos trabalhos para que os jornalistas possam informar-se sobre o assunto e prepararem as questões. Quando se trata de um serviço de reportagem, o profissional tem de agir na recolha de som para a rádio, tirar fotos e até gravar vídeos de curta duração para o colocar no Site e na TV On-Line.

A segunda agenda é disponibilizada pela Agência Lusa, uma vez que a RR é assinante e recebe os serviços mediante o pagamento de uma mensalidade. O documento inclui a descrição dos acontecimentos que vão ter a cobertura a nível nacional para o dia seguinte. Deste modo, é possível confirmar os locais e os horários onde vão estar as figuras públicas e assim, o editor pode enviar um jornalista para fazer a cobertura de um evento e aproveitar para colocar outras questões sobre a notícia do dia, que na maioria dos casos é

de ordem política. Por exemplo, no último dia do estágio, o Presidente da Câmara do Porto, Rui Rio foi inaugurar a estátua “O Porto” na Avenida dos Aliados. Os jornalistas estiveram no local para fazer notícia do acontecimento mas também aproveitaram para fazer questões sobre outras matérias relacionadas com a atividade de político e de autarca: a demolição da segunda Torre do Bairro do Aleixo no Porto agendada para a mesma semana e se Rui Rio já tinha tomado alguma decisão sobre a recandidatura à câmara portuense.

6.A seleção das notícias

A seleção dos trabalhos faz-se ao início da manhã, a partir das 8 horas, com base nos temas que estão a marcar o dia ou em agenda. O editor decide se é necessário ir ao local para fazer reportagem ou se a entrevista por telefone é suficiente, tendo em conta os critérios editoriais da estação e do tratamento da informação em rádio. Quando se trata de uma reportagem, o editor justifica-a com base na figura pública que está presente e na proximidade geográfica da redação- caso o acontecimento ocorra numa zona mais distante da redação só se justifica a ida ao local se for algo trágico, por exemplo, o choque entre dois comboios em Coimbra ou os estragos do mau tempo nos campos da Póvoa do Varzim. Enquanto, há notícias de natureza social, política, económica e até cultural cujas fontes se podem contactar por telefone e assim obter uma entrevista gravada. É um método mais rápido, económico e permite contactar com pessoas que estejam em diferentes pontos do país ou no estrangeiro. Durante o estágio, as reportagens foram realizadas nas cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia. A deslocação de um jornalista justificou-se devido à vinda de um membro do governo, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho ou de outros membros do executivo.

No dia-a-dia de um órgão de comunicação social basta um acontecimento inesperado para alterar toda a planificação. Se for um caso de catástrofe, revelações de políticos ou anúncios de autarcas, o editor pode enviar um jornalista para o local e anunciar em antena o que acaba de acontecer. Do outro lado, o ouvinte espera por informações atualizadas sobre o que se passou na última hora ou no imediato, é a experiência do “aqui e agora” que capta e alimenta a audiência da estação. A título de exemplo para este aspeto, durante o estágio surgiram duas situações inesperadas que obrigaram à deslocação de jornalistas: um incêndio na fábrica de tintas “Silaca” em Pedroso, no concelho de Vila Nova de Gaia e os prejuízos provocados pelo mau tempo na Póvoa do Varzim. Por outro

lado, também surgem notícias inesperadas que podem ser trabalhadas apenas por telefone devido à distância, ou seja, falar com alguém que esteja no estrangeiro. Foi o que aconteceu na altura da resignação do Papa Bento XVI ao pontificado. Sendo a RR, uma rádio de confissão cristã, o assunto mereceu um tratamento aprofundado com recurso ao comentário de várias pessoas ligadas à religião católica por telefone, pois estavam fora do país ou em diferentes zonas de Portugal. No entanto, como o assunto era de supra importância para a comunidade cristã em Portugal e no mundo justificou-se a deslocação da jornalista Aura Miguel, especialista em assuntos religiosos, a Roma. Sucederam-se as intervenções em direto em quase todos os noticiários do horário nobre da manhã, dando conta dos pormenores do processo de resignação do Santo Padre. Por força das circunstâncias, foi eleito um novo Papa. Nessa altura, a mesma jornalista acompanhou de perto todos os momentos do conclave e da eleição do novo chefe da Igreja Católica. As notícias eram atualizadas em antena, na página da RR na Internet e também na V+. A cobertura tornou-se mais exaustiva na web, com diretos na TV On-Line, na medida em que os noticiários tinham o tempo estipulado em antena. Na redação, viveram-se momentos de grande agitação para levar a informação mais atualizada possível ao público e apresentar vários temas relacionados com o assunto em foco, para fazer jus à índole religiosa que está na base da existência daquele grupo de comunicação social.

À parte de acontecimentos inesperados, as reportagens diárias sobre os diversos temas são cada vez menos e o tempo em antena para noticiários alargados também é menor, assim como para a informação desportiva segundo afirmaram alguns dos profissionais que trabalham na casa há mais de vinte anos. No final dos anos 80 e durante a década de 90, a passagem pela onda média, a emitir em especial para o Grande Porto disponibilizava mais tempo de antena para uma cobertura da atualidade política mais aprofundada e nomeadamente sobre assuntos locais. A Jornalista Carolina Duarte recorda que naquela época, “fazia-se um acompanhamento mais aprofundado das campanhas eleitorais e em antena havia mais disponibilidade horária em antena para abordar os assuntos. Hoje em dia, não há tempo em antena. Os protagonistas políticos mudaram e decresceu a importância de acompanhar certos assuntos”. O Jornalista Raúl Santos a trabalhar na RR desde 1987 também recorda os tempos em que se “fazia informação sobre assuntos locais e regionais e a delegação do Porto tinha produção própria”.

Nos três meses de estágio, o centro regional do porto da RR assegurava os noticiários entre as 10:00 e as 14:00. As notícias transmitidas em antena eram produzidas

na redação do Porto no entanto, existia uma colaboração constante com a equipa de Lisboa para a troca e envio de sons.

No estágio, foram atribuídos temas para contactar com as fontes por telefone, gravar a entrevista, seleccionar e cortar o RM com a duração máxima de 30 segundo. O editor completava a peça com o texto escrito e dava voz em antena. Os trabalhos designados para fazer entrevistas estavam relacionados com diversos temas desde sociedade, política e saúde (lista na tabela apresentada em seguida).

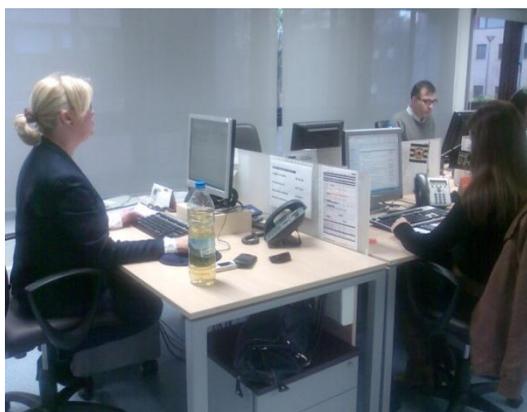


Foto 3 Redação da RR Porto

7.O contato com as Fontes

No dia-a-dia da redação, os Jornalistas são postos à prova para conseguirem a informação mais preciosa que faça distinguir a estação da concorrência. O destaque que se dá a cada notícia tende a ir ao encontro da linha editorial da empresa, neste caso da RR e assim filtrar os temas que devem ser abordados e aprofundados junto das fontes de informação, sejam elas, oficiais ou não-oficiais. Para obter as reações, os comentários e até as opiniões, os jornalistas contactam as fontes via telefone. Por vezes, o jornalista e a fonte já se conhecem há vários anos e nota-se uma empatia em conceder a entrevista e também por respeito à própria Rádio, quase centenária em Portugal e que acompanhou o “crescimento” de muitas personalidades da política em Portugal. Os jornalistas utilizam a agenda pessoal, não obstante podem pedir ou ceder contatos aos colegas. A facilidade que existe hoje em dia para mudar de operadora telefónica leva à rápida desatualização dos números de telemóvel, o que obriga à procura dos contatos atualizados junto de outras fontes, entidades e na Internet. Raúl Santos referiu que se utiliza muito o contato por telefone mas também pessoal quando jornalistas e políticos se cruzam frequentemente nos mesmos locais, por exemplo no parlamento. “A minha sensação é de que no pequeno

núcleo de Lisboa há muito contato. Há proximidade a mais quando estão demasiado tempo no meio”, afirmou.

Durante o período de estágio, foi possível constatar que na redação do Porto, os jornalistas têm mais facilidade de deslocação na zona norte e de fazerem reportagens relacionadas com os assuntos que afetam a comunidade nortenha, sobretudo devido à proximidade geográfica e facilidade de acesso. Porém, em relação aos contatos telefónicos não se faz a distinção se o entrevistado está na zona norte, centro, sul ou até no estrangeiro, o que se verificou com os trabalhos realizados e nas saídas em reportagem efetuados durante o estágio.

8.Os Meios Técnicos

No âmbito dos meios técnicos é importante destacar as condições existentes nos estúdios da RR-Porto para a gravação de entrevistas, em estúdio e por telefone. Neste sentido, os estúdios da RR-Porto estão equipados com duas “ilhas” de gravação, onde se gravam as entrevistas por telefone através do sistema informático Dial. Há ainda um estúdio principal de onde sai a edição dos noticiários. Há mais três estúdios, utilizados para as emissões das Rádios: Sim, RFM e Mega. Para o tratamento do som, o corte de ruídos, interjeições ou alguns atropelos ao discurso existem no mercado vários programas para edição e na RR trabalha-se com o Mar4shedule. Em reportagem, o gravador e o microfone são indispensáveis para o jornalista de rádio. O sistema Marante ainda é utilizado na RR a par dos iPhone’s com capacidade para filmar e fotografar para que no local, o jornalista tenha facilidade de meios para obter todos os recursos para os outros meios recém-chegados ao grupo RR, o sítio da Internet e a televisão On-line, a V+.



Foto 4 Reggie

As declarações do entrevistado acrescentam sempre mais alguns dados à notícia apresentada pelo editor o que se traduz em mais credibilidade e objetividade à notícia perante o público. A rádio está na posse, não só do maior estímulo que o Homem conhece, a música, a harmonia e o ritmo, como também é capaz de oferecer uma descrição da realidade através de ruídos e com o maior e mais abstrato meio de divulgação de que o Homem é dono: a palavra." (Arnheim 1980;16). A base da linguagem radiofónica começou por ser a palavra escrita, herança da imprensa escrita, para se tornar em palavra dita, embora assente numa lógica textual. Umberto Eco, nos ensaios sobre semiótica, defende que o texto é "uma sucessão de formas significantes que esperam ser preenchidas" (ECO 1982; 224). Este preenchimento é quase sempre efetuado com outros textos. Charles Sanders Peirce criou a semiótica e às formas significantes chamou-lhes os "interpretantes" do primeiro texto. É justamente o que se verifica na linguagem radiofónica. Estes "outros textos" são o chamado RM (registo magnético) ou RD (registo digital), que "interpretam" a palavra dita pelo jornalista.

II O Jornalismo e a Política

O objetivo desta reflexão é perceber a relação entre o Jornalismo e a Política de origem a um ramo especializado- o jornalismo político. Para perceber o encadeamento destas duas áreas foi necessário pesquisar as teorias que suportam os conceitos de Comunicação como base do jornalismo e também a evolução da política até chegar ao conceito que predomina na sociedade atual. A experiência adquirida durante o estágio na redação da delegação da RR no Porto permitiu refletir sobre o exercício do jornalismo e a atenção dada à Política, de modo a entender a razão de ser uma área nobre nos noticiários da Emissora Católica Nacional. Uma vez que o estágio decorreu numa estação de rádio, faz todo o sentido estudar o desenvolvimento deste meio de comunicação social em Portugal e os condicionalismos que provocaram ruturas ao exercício do jornalismo na rádio e que contribuíram para a mudança do *modus operandi* dos jornalistas no tratamento de assuntos políticos da nação.

A expansão da rádio tornou-se num órgão de comunicação social de excelência que nasceu pelas mãos de alguns curiosos pela transmissão sem-fios e se tornou num instrumento de capital dando origem à formação de Grupos Económicos, cotados em bolsa, com forte impacto na economia nacional. Estes nunca conseguiram desligar-se da máquina política instalada que governa o país. A conquista da audiência tanto gera conflitos entre

políticos e o meio, ao mesmo tempo que é procurado pelos políticos “mediáticos” para fazer valer os seus interesses.

1.O apogeu do Jornalismo na Política

A época atual, denominada por “sociedade de comunicação”, é considerada “uma redundância” na perspectiva de Georges Balandier e com a qual Philippe Breton concorda ao defender que “ uma das diferenças entre o passado e o presente é, sem dúvida, o desenvolvimento importante das técnicas materiais de comunicação e, sobretudo o valor que se lhe confere hoje (...) a comunicação é hoje, em contrapartida, o suporte de um ideal inacessível que capta e absorve as vontades de mudança, a fonte de novas desigualdades e de novas exclusões e também uma das mais importantes fontes de contradição da sociedade liberal (Philippe Breton, 1992, p.113). O autor considera que “a comunicação e as suas técnicas constituem-se, assim, como um recurso essencial para todas as disfunções da nossa sociedade. A política do governo é boa, dizem-nos, mas se for mal compreendida pelos eleitores, é porque existe um “problema de comunicação” (idem, p. 114). Neste contexto, pode-se recordar o contributo dado por Norbert Wiener, Arturo Rosenblueth e Julian Bigelow numa conferência que impulsionou o pensamento moderno sobre a comunicação à luz da cibernética. Wiener considerava que a cibernética podia renovar várias disciplinas e propôs uma “visão do mundo, global e unificada, que se organiza em redor do eixo da comunicação e que abrange todas as disciplinas e onde está latente a transformação da comunicação em “valor” de amplo alcance social e político (idem, p. 23). Esta linha de pensamento originou diversos estudos, num dos quais, Lair Ribeiro afirma que comunicação “ é a necessidade mais básica e vital de todas, a seguir à sobrevivência física (...) o que realmente importa para que o conhecimento não fique no fundo do oceano da mente, é a capacidade de transmitir as nossas mensagens, os nossos pensamentos e sentimentos (Lair Ribeiro; 1993, p. 13). O futuro nesta área é explicado pelo “êxito-real-da Internet, essa rede mundial de computadores que, ligados entre si por *modems* doravante sistematicamente integrados, podem dialogar e trocar informação (Ignacio Ramonet; 1999, p. 7). Para obter a informação de que fala Ramonet, existem diversos meios disponíveis nos dias de hoje desde os jornais, rádio, televisão e Internet. O autor deu o exemplo que “a televisão não é uma máquina de apresentar informação, mas de apresentar acontecimentos. O objetivo não é levar-nos a compreender uma situação, mas permitir-nos assistir a uma (des)ventura. Ao mal-estar da política, corrompida pelos “interesses” e pela deflação das

ideologias, juntou-se, de há algum tempo para cá, a desconfiança, a aversão em relação aos jornalistas e aos Media”(idem, p.37). O teórico recorda nos anos 70 e 80, “quando o jornalismo, enquanto “quarto poder”, era apresentado como um recurso possível contra os abusos dos outros três (o executivo, o legislativo, o judicial), uma garantia para os cidadãos de um verdadeiro controlo democrático (...) o jornalista destacava-se da podridão geral e aparecia como um autêntico paladino da verdade, o fiel aliado do cidadão desamparado” (idem). Por conseguinte, é possível introduzir o conceito de que o Jornalismo integrado na área da comunicação vive da notícia que é “ um produto mais efêmero do que nunca. A poucos momentos de ter acontecido, não vale nada. Já não é velho o jornal do dia anterior, mas sim o do mesmo dia ou de meia hora antes” (Manuel Piedrahita; 1996, p. 30) e é nos dias de hoje “ o produto das condições culturais, sociais e políticas de um país e de uma época” (Furio Colombo; 1995, p.11). O investigador defende, porém “ o que não é efêmero é o que está por detrás da notícia” (idem) e recorda Denis Hamilton, editor-chefe do The Times e do The Sunday Times “ todo o jornal deve procurar publicar as últimas notícias, mas isto é um mandamento passado e menos importante do que dar a notícia correta, sacando a notícia que se esconde por trás da notícia e interpretando-a com candura e clareza” (idem).

Furio Colombo recomenda alguns critérios a ter em conta antes de se publicar uma notícia. “ Proximidade. É fundamental que a notícia seja próxima. A importância. A gente importante é sempre notícia. Polémica jornalística é sempre fonte de atração para os leitores. Mas a polémica pode desembocar no insulto. Surpresa. O estranho, o insólito, o surpreendente, atrai o leitor. Emoção, o interesse humano, a emoção das pessoas. Repercussões. A notícia deve ter uma certa repercussão no leitor e a agressividade no bom sentido. O autor alerta para a forma como pode surgir uma notícia nos Media. “O problema é que uma quantidade de fontes interessadas pode, literalmente criar uma notícia, não inventando-a, mas disponibilizando-a simplesmente aos Media. O custo do trabalho, a rapidez da montagem e a necessidade de tornar disponível um empório de informações garante, por norma, que os media não deixarão cair a oferta” (Furio Colombo, 1995, p. 60).

As fontes são a base para que a notícia tenha credibilidade junto do público. Dan Gillmor chama a atenção para a reação das fontes nos dias de hoje em que os “meios de comunicação de massas continuam a ser ferramentas fundamentais de comunicação moderna, mas tornar-se-á igualmente necessário compreender este mundo em evolução” (Dan Gillmor; 2004, p. 80). Gillmor propõe alguns conselhos às fontes para conduzirem

diálogos com o público. “A audição das pessoas. O blogue normal de uma sociedade anônima tem muito em comum com um vulgar relatório anual. Os blogues dos presidentes executivos são úteis. Ainda melhores, em muitos casos, são os blogues e outros materiais escritos por pessoas colocadas mais abaixo na escala hierárquica. (...) A indústria das relações públicas progrediu do mero reconhecimento da existência da Internet para uma compreensão apenas semiconsciente das suas possibilidades” (Dan Gillmor; 2004, p. 91). As fontes e os jornalistas são muitas vezes conhecidos de longa data, sobretudo no que toca às lides da política. Esta situação pode ser ainda mais evidente em meios urbanos de pequena dimensão geográfica mas também acontece na capital, no Parlamento, onde jornalistas e políticos se cruzam pelos corredores e trocam impressões nas entrelinhas.

Na explicação supra apresentada sobre o conceito de Jornalismo, focou-se que a essência desta atividade está na notícia como sublinha Rossana Gaia ao definir os acontecimentos que merecem transformar-se em fatos de mídia, os seus produtores definem o que se torna parte da discussão pública” (Rossana Gaia, 2011, p. 49). A autora concorda com a perspectiva defendida por Mariani (1998, p. 30) na medida em que a prática jornalística “permite institucionalização social de certos sentidos, remetendo “ ao que todo mundo sabe” (uma verdade local) ”, por outro lado, na ótica da investigadora brasileira, o silêncio pode ser pensado como ausência ou impedimento a outra forma de discurso e dá como exemplo, “ o debate em torno do parâmetro de público no discurso jornalístico, já que na contemporaneidade é sinônimo de mídia”. Público, no sentido republicano, encerra a ideia de cidadão, do sujeito de direito” (Rossana Gaia, p. 49). Para a autora, o conceito de cidadão empobreceu na modernidade traduzindo-se em audiência, atenção ou percepção, o que nas palavras de Orlandi (2002) “comunicar é capturar audiência para vender uma ideologia”. De facto, nos dias de hoje, Gaia concorda que a “comunicação sobrevive por meio da captura de audiência/ leitores para vendê-la ao mundo da política- uma lógica entende os consumidores no sentido de eleitorado. A política de comunicação, contudo é uma atividade que só pode ser praticada por partidos fortes e com grandes arrecadadores de campanha, o que resulta em disputas desiguais e comprometer os resultados das eleições. Rubim defendeu que o fator da desigualdade termina por “restringir o campo político a determinados setores económicos privilegiados. Ao entendermos FCM como político midiático, descartamos compreendê-lo como “um joguete” dos meios de comunicação” (Rubim; 1999, p. 76).

2.A Política

A política é das umas das áreas com mais destaque nos Media. Mas na realidade o que é a Política para despertar o interesse do Jornalismo e satisfazer a curiosidade do público? O conceito tem sido construído ao longo dos tempos, desde na antiguidade até aos nossos dias. Nas primeiras civilizações da Grécia e Roma surgiram filósofos com teorias que determinaram o início da discussão sobre a política quanto à organização das pessoas em comunidade sob a orientação de um poder. Aristóteles considerou que o “homem é um animal político” e “com efeito o que distingue essencialmente o homem dos outros animais é o facto de ele possuir o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto. Ora, a comunicação desses sentimentos constitui a família e a cidade” (Aristóteles, Política). O conceito de Política pode ainda ficar mais enriquecido com o contributo deixado por Platão cujo objetivo era o estabelecimento de uma comunidade ideal, um Estado diferente e superior às formas existentes, aristocrático e que devia ser governado por um verdadeiro filósofo. A ideia de Justiça identifica o pensamento de Platão que “pretende determinar a essência desse poder político através da posse da verdade” (Fernanda Conde; p. 270). “Para o homem cujas obras fundamentais são a “república” e as “Leis”, a política era não só o conteúdo de certas fases da sua vida, durante as quais se sentia impelido à acção, mas também o fundamento vivo de toda a sua vida espiritual. Era objeto do seu pensamento que englobava e abrangia tudo o mais” (W.Jaeger: Paideia, p. 548). Sócrates é considerado o pai das “leis políticas” na medida em defendia que os homens lhes devem obediência “porque elas são racionais, tal como sucede com os valores éticos, essa racionalidade torna-se garante da validade universal das leis” (Fernanda Conde, p. 239). “Sócrates-Então os deuses admitem a identidade entre o que é justo e o que está conforme com a lei.” (Xenofonte, Memoráveis). André Bonard resume o objetivo do filósofo com “um método que permita extrair do homem a verdade que está no homem e diz respeito ao homem”.

As teorias clássicas sobre política modificaram-se na época medieval. Assim, foi possível trilhar um longo caminho para chegar aos dias de hoje, por isso convém lembrar alguns pensadores que determinaram o curso da história da política durante a época medieval, moderna e contemporânea. Giordano Bruno, frade dominicano, influenciado pela filosofia de Nicolau de Cusa acentuou a polémica contra o aristotelismo, a escolástica e o peso da teologia. Nicolau Maquiavel sugeriu ações políticas fundamentais e escreveu sobre o Estado e o Governo, que o tornou reconhecido como o fundador da Ciência Política moderna. “O modo de governar as cidades ou Estados que antes de conquistados

tinham as suas próprias leis” (Maquiavel; 1513, capítulo 5). O filósofo acreditava no papel do povo, no qual os costumes religiosos estão enraizados e mantêm o povo unido “tão fortes e de tal qualidade são estes que permitem aos Príncipes se manterem no poder qualquer que seja sua conduta e modo de vida. Só esses Príncipes podiam ter estados sem defendê-los e súditos sem governá-los; e seus estados, mesmo sem ser defendidos, não lhes são tomados.” (Maquiavel; 1513, cap. 11). Erasmo de Roterdão tornou-se também uma referência na Europa em plena Idade Média. No movimento literário do seu tempo era procurado com frequência para aconselhar em assuntos de política, cujo pensamento se explica com a “fidelidade à autenticidade evangélica, o pacifismo, a aversão à violência; mas também sátira contra a corrupção das próprias instituições na medida em que elas se deixaram plasmar ou deformar pela preocupação histórica do temporal corrompendo-se: portanto sátira religiosa, social e mesmo política” (Pina Martins; 1973, p. 26).

No início da Idade Moderna, a elite intelectual europeia começou a valorizar o poder da Razão no homem. Esta corrente filosófica visava reformar o estado da herança medieval manifestando-se sobretudo contra os abusos da Igreja e do Estado. Os filósofos Baruch Spinoza, John Locke, Pierre Bayle e o matemático Isaac Newton foram os principais mentores do Iluminismo explicado por Kant que " representa a saída dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Tutelados são aqueles que se encontram incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem. É-se culpado da própria tutela quando esta resulta não de uma deficiência do entendimento mas da falta de resolução e coragem para se fazer uso do entendimento independentemente da direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem para fazer uso da tua própria razão! -esse é o lema do Iluminismo" (Immanuel Kant). Jean-Jacques Rousseau tinha ideias iluministas semelhantes às teorias de Voltaire, na medida em que acreditava na liberdade dos homens porque todos nascem iguais e com liberdade e escreveu o “Contrato Social”, no qual explicou a origem das desigualdades entre os homens, defendeu a democracia e criticou o absolutismo. Rousseau contestou a noção de progresso e a prosperidade privada e afirmou que o “ homem nasce bom, a sociedade é que o corrompe”. Na relação do *Indivíduo e Estado*, o alemão Wilhelm Von Humboldt defendia em “ Os Limites da ação do Estado” que o Estado tinha a função de assegurar e proteger os indivíduos, pois a sua existência permitia ao ser humano ter uma dupla figura, a de Homem, como ser liberal e a de Cidadão, limitado devido às leis do Estado e por isso afirma que “ a sua presença é um mal necessário” (Humboldt).

O Liberalismo foi uma corrente de pensamento assente nas bases populares e na limitação severa aos poderes do rei, na liberdade de produção, de circulação, religião, imprensa e de palavra. Eis a “ideia de que o liberalismo poderia ser feito em Portugal só na base do apoio da burguesia revelou-se fatal para o movimento vintista (...). A revolução por substituição de classes dominantes mostrou-se inviável; e reduzindo a dimensões ínfimas a base de apoio do liberalismo legislado, deu asas a uma vitória fácil e a um apoio maciço à contra-revolução” (Silva Dias). Pierre Joseph Proudhon destacou-se com a obra “O que é a propriedade” na qual condenava os abusos de concentração do poder económico, a propriedade privada e os danos sociais inerentes. O pensamento de Proudhon opôs-se aos socialistas utópicos franceses (François Fourier e Claude Rouvroy, Conde de Saint-Simon) pois acreditava que a sociedade não podia ser transformada de acordo com um plano pré-concebido. Proudhon concebeu um ideal de sociedade, ao qual chamou de “ordem na anarquia”, em que as pessoas agiriam de forma ética e responsável por sua própria e livre vontade. Os defensores do socialismo utópico atacavam quem mais ganhava: os capitalistas e o governo. O inglês Robert Owen foi mais uma referência europeia do socialismo utópico ao alertar sobre as condições de vida do proletariado. É importante sublinhar que o socialismo surgiu em duas frentes distintas. Por um lado, com o reformismo de Proudhon e por outro com a influência de Saint-Simon ao repúdio das fraturas sociais e a um azedume contra a hierarquia de burocratas e de militares. Pierre Joseph Proudhon destacou-se pela autoria da obra “O que é a propriedade” na qual condenava os abusos de concentração do poder económico, a propriedade privada e os danos sociais inerentes. O pensamento de Proudhon opôs-se aos socialistas utópicos franceses (François Fourier e Claude Rouvroy, Conde de Saint-Simon) pois acreditava que a sociedade não podia ser transformada de acordo com um plano pré-concebido. Proudhon concebeu um ideal de sociedade, ao qual chamou de “ordem na anarquia”, em que as pessoas agiriam de forma ética e responsável por sua própria e livre vontade. Os defensores do socialismo utópico atacavam quem mais ganhava: os capitalistas e o governo. Na Europa, Karl Marx criticava os socialistas utópicos, acusando-os de muito romantismo e pouco dedicados ao estudo da conjuntura social porque não apontavam soluções para se alcançar a sociedade ideal que defendiam. Na obra “O Capital”, Marx analisava exhaustivamente a sociedade capitalista, tornando-se num crítico daquela camada social. “Eis um século complexo e confuso”, (Jacqueline Russ; 1997, pp. 223-259). A investigadora resume as ideias políticas no século XIX, que se explicam pela tensão entre o

liberalismo e a defesa do Estado, dando conta que o fundamento humanos encontra-se, por um lado, no facto religioso e por outro na sociedade. A autora cita Bonald em defesa do poder radicado na religião, enquanto Fichte e Hegel privilegiam a política na totalidade e o Estado como forma de organização necessária para a existência social e para a condição da liberdade.

As diversas correntes de pensamento sobre o verdadeiro sentido de Política também tiveram impacto em Portugal na medida em que uma elite culturalmente esclarecida tinha influências europeias e esforçava-se por irromper as novas ideias na mentalidade portuguesa. A evolução da política em Portugal fez-se essencialmente pela governação da Monarquia até ao século XX. Albert Silbert defendeu que se criou “uma sólida tradição de despotismo iluminado que sobreviveu a Pombal e que tornou grande parte dos espíritos reformados hostis ao liberalismo, antes e depois de Napoleão”. O autor sublinhou as ideias revolucionárias que levaram à condenação ou ao exílio de alguns “maus espíritos”. Por outro lado, a franco-maçonaria surgiu a partir de 1738 e em Espanha aparece só em 1808. Segundo Albert Silbert (...) ” sobre a repressão conclui-se que as vítimas foram sobretudo estrangeiros, inocentes, espíritos mais irreligiosos do que liberais, e que, finalmente, os autênticos revolucionários são raros”. O historiador francês retratou o cenário vivido em Portugal na medida em que o Brasil sofreu as influências da revolução americana e houve uma penetração mais acentuada das ideias liberais.

A ideologia republicana, socialista e a criação de partidos políticos em Portugal aconteceu ao mesmo tempo que a Monarquia tentou recuperar a idoneidade perdida através do franquismo. O regicídio no Terreiro do Paço em Lisboa foi o início do fim da Monarquia que acabou na Revolução de 5 de Outubro de 1910 e deu lugar à Implantação da República. A partir daqui, os partidos políticos começaram a surgir, como por exemplo, o movimento *Janeirinha* deu origem ao partido- Partido Reformista que foi conduzido ao poder. Mais tarde, o Pacto da Granja tentou resolver o vazio político que se havia instalado no país, propondo um acordo formal entre os partidos Histórico e Reformista. Os elementos progressistas criaram o Partido Progressista “legítimos herdeiros do espírito da Patuleia e disputam aos republicanos e aos socialistas o apoio da população pequeno-burguesa” (José Hermano Saraiva, História de Portugal, Vol. 6). O segundo rotativismo funcionou entre o Partido Progressista e o Partido Regenerador. A República chegou ao poder depois das Revoluções em França e em Espanha. Oliveira Marques escreveu que “tiveram um papel de relevo no surto de uma consciência política nacional oposta ao

rotativismo cínico dos partidos e ao enriquecimento despreocupado da burguesia”. Na opinião do historiador Joel Serrão, no artigo “Republicanismo” no Dicionário da História de Portugal, o republicanismo de feição socialista (utópica), foi inspirado no ideal Liberdade, Igualdade, Fraternidade que em Portugal se fez notar pelo Vintismo, Setembrismo e Patuleia. Nesta época, os socialistas parisienses, com o apoio da classe operária, revoltaram-se contra o governo de Thiers a que chamaram “conservador e burguês” e rejeitaram o tratado de paz com a Prússia com o objetivo de criar uma federação de comunas autónomas e eliminar o Estado. Os socialistas assumiram-se como representantes do povo, identificando-o como um “Quarto Poder”.

Em Portugal, também se verificaram as divergências políticas semelhantes às que existiam na Europa e assim surgiram dois partidos novos: o Republicano e o Socialista. O republicano João Bonança e as ideias defendidas no Jornal *A República Federal dos Estados Portugueses* tornaram-se uma referência na recomendação da entrega de terrenos estatais incultos aos proletários que assumissem a sua produção e a partilha nos mesmos termos das condições de obrigatoriedade do latifúndio aristocrático (Amadeu Carvalho, José Mattoso). Em Portugal, Antero de Quental, Eça de Queirós e Oliveira Martins simbolizavam o pensamento socialista idealista, apesar de reconhecerem a miséria do povo, desprezavam a sua força política, logo rejeitavam o sufrágio e exaltavam a clarividência das elites intelectuais.

Os inimigos da república geraram o *Integralismo Lusitano* em reação ao fascismo. A elite estudantil nas escolas superiores e nos quartéis era aliciada pelas ideias anti-liberais, anti-parlamentares e anti-republicanas. Marcello Caetano, estudante de Coimbra, dirigiu a revista “Ordem Nova”, a qual classificou de “antimoderna, antiliberal, antidemocrática, antiburguesa, antibolchevista, contra-revolucionária, reacionária, católica, apostólica romana, monárquica, intransigente, insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa” (Marcello Caetano; 1922). O Integralismo Lusitano não chegou a ser um movimento de massas e também não pretendia sê-lo, por isso, manteve-se sob a alçada de antigos elementos da nobreza, latifundiários, camponeses ricos e os respetivos filhos nos meios estudantis. O golpe militar de 28 de Maio de 1926, liderado pelo general Gomes da Costa, ditou o fim da 1ª República e inaugurou um novo regime: a Ditadura.

No período de ouro do Estado Novo, existia apenas um único partido, a *União Nacional*. O regime definia-se autoritário, imperialista e antimarxista e por conseguinte

recusava a formação de partidos. A oposição sofreu as repressões aplicadas pelos organismos criados pelo governo como a censura, a Polícia Política e a marginalização e perseguição dos opositores. “ Há entre nós demasiado amor ao dinheiro para lhe permitirmos com afoiteza as liberdades que o fomento industrial exige; e não vejo como aumentar a produção ou o seu rendimento sem pôr o dinheiro adiante” (Dias Júnior: 1945, Vol. I). O protecionismo de Salazar mantinha uma economia predominantemente rural. A revolução do 25 de Abril de 1974 foi um marco que trouxe a liberdade ao país. A democracia abriu a porta da política ao povo português. A partir desta fase, o número de partidos políticos e de sindicatos cresceu em defesa dos direitos dos trabalhadores. As organizações partidárias assentavam em ideologias políticas que já se haviam implementado no mundo. “Não existe ação política sem ideologia” (João Cardoso Rosas; 2013). O autor cita Durkheim que define ideologia como uma “representação coletiva” diferente da filosofia e até dos pensamentos individuais. É pois, “ uma forma de interpretar o mundo, de lhe dar um significado, que é partilhado por largos grupos humanos, por vezes por sociedades inteiras” (idem). É possível exemplificar, que o Partido Comunista Português fundamenta-se no Comunismo com o mesmo significado do Marxismo e o comunismo como uma teoria social e “em ambos os casos a teoria política espelha sempre o estudo das encruzilhadas” (João Valente Aguiar; 2013). O Manifesto Comunista de Karl Marx começa com a tese de que *A luta de Classes é o motor da História. O proletariado e a classe trabalhadora*. Hoje em dia, o comunismo “ é a reflexão sobre as condições socioeconómicas, históricas e políticas em que decorrem as lutas sociais da classe trabalhadora a partir das quais novas relações sociais e novas instituições podem surgir” (idem).

O Partido Socialista surgiu a partir do Socialismo Democrático. Sidney Webb foi o líder deste movimento pois considerava o socialismo um objetivo ético e pragmático possível de atingir gradualmente e sem revoluções. O socialismo floresceu assim num país democrata e de valores liberais. Porém, esta ideologia demarca-se do marxismo e do liberalismo a partir do momento que o alemão Eduard Bernstein foi capaz de sistematizar os valores e os objetivos. A ideologia social-democrata fundamenta-se na democracia liberal para mostrar que era indispensável, “unir a defesa de direitos negativos liberais e a prática democrática à luta contra as grandes desigualdades sociais” (João Rosas; 2013). Tony Judt afirma “os sociais-democratas de hoje, pedem desculpa e estão à defesa” (Judt; 2011, p. 21). O Conservadorismo é uma das correntes ideológicas que prima pela oposição

ou reação às outras ideologias que surgiram com o Iluminismo, isto é, o liberalismo e o socialismo. Porém não lhe é atribuído um credo político e Roger Scruton considerou que é “caracteristicamente inarticulado e só ganha consciência de si mesmo quando é forçado a fazê-lo. O conservadorismo não será um exercício em filosofia política mas antes um exercício em dogmática política” (Scruton, 2012). Assim sendo, os atuais dirigentes (PSD- Pedro Passos Coelho; PS- António José Seguro; PCP- Jerónimo de Sousa; BE- João Semedo) tentam preservar e defender as ideologias dos partidos que lideram com o intuito de melhorar a organização do Estado pelo contributo que podem fornecer enquanto oposição à força partidária que está no poder. Por isso, hoje em dia “política é um pouco como a medicina. É simultaneamente uma ciência e uma arte. Exige conhecimentos, talento e dedicação...” (Sampaio; 2009, p. 12). Quanto ao Estado tem dois sentidos “é também o nosso país visto de dentro, ou seja, aquilo que é no plano nacional, o que é para nós, que somos portugueses, não só do ponto de vista da sua Constituição, mas no plano da forma como é governado e administrado” (Sampaio; p.29).

3.A prática do Jornalismo e o desenvolvimento do Jornalismo-Político em Portugal

O jornalismo surgiu em Portugal segundo os historiadores José Saraiva e Óscar Lopes devido à introdução da arte de impressão por comunidades judaicas em finais do século XV com o objetivo de publicar obras religiosas escritas em hebraico. Mais tarde, surgiram os impressores alemães que instalaram a imprensa nacional para servir sobretudo a Igreja, o Estado e a Universidade. O público em geral utilizava o livro manuscrito apesar da impressão de algumas obras de autores portugueses, sobretudo de traduções de escritores estrangeiros. Deste modo, estavam garantidas as condições técnicas em Portugal que permitiam fundar jornais. O negócio floresceu ao mesmo tempo que desabrochava uma nova profissão- o Jornalismo. “Uma imprensa completamente livre (apesar de alguns empastelamentos de jornais em períodos revolucionários e de alguns confiscos de números esporádicos por ordem governamental), onde todo e qualquer assunto moderno e em moda podia ser e era discutido, permitiu a proliferação de jornais e de revistas de todos os tipos, muitos com existência efémera (...) predominavam as folhas políticas mas não havia falta de jornais de cultura e até de alguns bons jornais noticiosos. Tinham vasta circulação por todo o país, não obstante o número de analfabetos. Em pequenas vilas e aldeias, era frequente ler-se o jornal perante a assistência heterogénea do povo, que ouvia e comentava.

O torvelinho político, acentuado depois de 1910, foi de certa maneira nocivo para o progresso cultural. (...) Tudo se tornava política” (Oliveira Marques; Vol. II, pp. 232-237).

Na I República, o Jornalismo tinha portas abertas para acompanhar as decisões do governo. Mas com a implementação do regime de ditadura em Portugal alterou-se a prática jornalística sobretudo na cobertura de notícias relacionadas com Política evidentes na imprensa, pois era o único meio de comunicação social existente no país. “ O apolitismo salazarista acabou por ser a mais venenosa herança da ditadura, na sua recusa tão granítica e obstinada de qualquer politização, ao impor uma forma tão apática de modelo autoritário no campo partidário e ideológico” (João Medina; 1995, p. 236). Carla Baptista defende que a “orientação tecnocrata de Salazar refletiu-se com muita nitidez na sua prática governativa e também na relação com os jornais. Entendia a política como um ofício de gente competente, um puro reflexo dos interesses objetivos da nação. A comunicação política era, em conformidade, seca, impositiva, enxuta, sem aparato e...sem qualquer hipótese de réplica que não fosse o elogio reverberativo” (Carla Baptista; 2012, pp. 169-170). A autora refere que “esta marca fundamental do regime explica o seu magno desprezo pela esfera jornalística, já que também nesta se julgava dispensado de fatigantes explicações que via apenas como inúteis exercícios retóricos” (idem, p. 170). A mentalidade de Salazar sobre o jornalismo no geral pode compreender-se ainda melhor através de uma nota escrita pelo próprio, antes de assumir a presidência da comissão executiva da União Nacional, “penso que estou na verdade, mas o mundo todo assentou em que a existência de partidos é o sinal exterior ou a prova provada da existência de instituições livres” (Marcelo Caetano, p. 442).

Os jornalistas sabiam à partida qual o regime que predominava no país e as suas imposições. Uma delas era a censura aplicada às notícias publicadas na Imprensa. Uma situação que despoletou após o golpe de Estado de 17 de Junho. Uma notícia inserida no *Mundo*, intitulada “Comissão Fiscalizadora da Imprensa?” anunciava a sujeição da Imprensa à censura militar” (Arons de Carvalho; 1999, p. 28). Dias depois, todos os jornais de Lisboa publicavam a comunicação assinada pelo 2º Comandante da Polícia “ Por ordem superior levo ao conhecimento de V. Ex.^a que, a partir de hoje, é estabelecida a censura à Imprensa, não sendo permitida a saída de qualquer jornal sem que quatro exemplares do mesmo sejam presentes no Comando-Geral da GNR para aquele fim” (idem). O autor refere ainda como funcionavam os serviços de censura à Imprensa. “Todo o conteúdo dos jornais diários, incluindo anúncios, fotografias, boletim meteorológico, etc. é, em princípio, submetido a censura prévia. (...) De posse das notícias, a censura examina-as e

comunica depois, através do telefone, para as respetivas agências a “situação” de cada notícia. Nessa altura, as agências voltam a transmitir para os teleimpressores dos jornais, informando se as notícias que transmitiram estão autorizadas, têm cortes parciais ou estão proibidas” (idem, p. 43). Quanto à escrita jornalística, a censura também ditava as suas regras. “A utilização de termos é também aconselhável a quem esteja disposto a sacrificar a retilinearidade do escrito. “Proletariado”, “luta de classes”, “repressão”, “revolução”, “contradições”, etc. (...) Uma notícia pequena, sem fotografias e com título pouco sugestivo e a uma coluna terá sempre maiores possibilidades de publicação. Por vezes, sucede ser mesmo essa a condição imposta pela censura. O recurso ao corte de frases aparentemente inofensivas é também utilizado pelos serviços da censura” (idem, p. 47). O autor exemplifica esta situação com a notícia da deportação de Mário Soares para São Tomé. A censura autorizou uma notícia pequena numa página interior.

4.O jornalismo Político em Portugal pós 25 de Abril de 74

O regime democrático trouxe a liberdade ao país e ao exercício do jornalismo de modo geral em Portugal. Assim, cada órgão de comunicação social (jornal, rádio ou a TV) podia escrever de acordo com as linhas editoriais que definia e que permitia fazer a distinção entre si, sobretudo no tratamento das notícias de política legitimando o “exercício livre da linguagem, da capacidade de os cidadãos se confrontarem no espaço público, da formulação discursiva de argumentos contraditórios em ordem à formação de consensos e à gestão dos diferendos” (Rodrigues, 1995, p. 18). A dimensão pública do discurso político constitui assim o suporte da dicotomia poder-comunicação, sustentada no “indivíduo enquanto membro de uma comunidade política e sujeito de discurso participante de públicos” (Esteves; 2003, p. 128).

Na análise de Marco Gomes, a “comunicação política constitui também um elemento deste universo, aproveitando sobremaneira as potencialidades dos meios de comunicação de *longo alcance*. Directamente ligada à democracia tem sido, desde a última centúria, identificada com o marketing político, com a publicidade e com a manipulação” (Gomes; 2009, p. 29). O autor questiona se os políticos seriam capazes de transmitir os discursos e as mensagens persuasivas sem o auxílio dos Media e da comunicação política. Carvalho e Aldé respondem que a “comunicação política desempenha um papel fundamental na democracia, à semelhança do sufrágio universal e da lógica mediática dos meios de comunicação” (Carvalho, 1996; Aldé, 2001). Pode completar-se esta ideia com a

ideia de Dominique Wolton, na medida em que o “discurso político beneficia de uma legitimidade muito frágil, ainda mais frágil do que a dos meios de comunicação social (...) porque sobre ela pesa, porventura mais do que em qualquer outro caso, o estereótipo da manipulação” (Wolton; 2000, p. 34-35). De grosso modo, os políticos querem convencer o públicos das suas ideias, pois na opinião de Philippe Breton e de Serge Proulx a grande descoberta dos políticos no século XX está na “omnipotência da argumentação política na informação das multidões, mas também, e sobretudo, na sua manipulação”. (Breton e Proulx; 2000, p. 251). Assim, a comunicação tem um ponto comum com a política: todos se acham competentes” (Wolton; 1999, p. 13). Manuel Piedrahita refere-se à prática do jornalismo político que se fazia, há mais de 30 anos, sobretudo na imprensa espanhola e que pode ser um exemplo concreto dos obstáculos ao exercício da profissão. “ Mas uma coisa é ser “político de carreira” e outra actuar com sabedoria política na respectiva profissão. Ao jornalismo dos anos 70 faz-lhe falta muita profissionalidade, em simbiose com a “arte do possível” (Piedrahita; 1993, p. 78). As palavras do autor podem aplicar-se aos dias de hoje, quando afirma que “ no nosso universo da Imprensa, com a figura do director detentor da batuta política e profissional, podem ocorrer desequilíbrios. A excessiva politização acarreta detrimento do profissionalismo, o que implica não chegar ao leitor médio que contribui para o aumento da tiragem e para a inserção da publicidade. O antigo jornalista espanhol aconselha que “ o jornalista, ainda que escreva sobre temas políticos, deve estar afastado da política. Deve ser neutral, imparcial, desinteressado. Mas sem esquecer, napoleão, aquele ditado de Napoleão: “ Três jornais hostis são mais temíveis do que mil baionetas” (idem, p.83).

5.A comunicação na política

A política e o jornalismo rumam ao futuro com a crescente necessidade dos atores políticos se adaptarem às novas realidades como refere Francisco Carvalho Vicente. O investigador do Observatório Político alerta que o sucesso dos políticos passa pelo “campo da comunicação”, por isso, já se verifica que “ o corpo político consciencializou-se que a sua afirmação e legitimidade depende da capacidade de visibilidade. Esta é assegurada nos Media, daí que, mediante as transformações em curso no mundo contemporâneo, a política se tenha que adaptar aos meios de comunicação e não ao inverso” (Francisco C. Vicente, 2012). O autor considera que em Portugal também se manifestou a “tentação do poder político em exercer algum tipo de controlo sobre os Media (idem, p.9). Carvalho Vicente

cita Cádima sobre esta ideia na medida em que “a grande diferença entre a autarcia salazarista e a época de institucionalização do regime democrático não está tanto na reformulação dos parâmetros que caracterizam o dispositivo comunicacional, está sobretudo na forma como os “actores” políticos assumem o seu protagonismo mediático” (Cádima, 1997, p. 165). Neste âmbito, os Media ganham poder face à política em democracia como defendeu Marina Themudo que “ há um paradoxo entre jornalismo e política. Por um lado, há necessidade de os Media tornarem acessível o discurso político mas, por outro, não são poder nem contrapoder. São meta poder, um poder que interfere e perturba o funcionamento de outros poderes. A democracia precisa do sistema mediático mas este é perturbador da democracia”. Na prática, este conceito foi assumido por outras palavras por Francisco Pinto Balsemão (fundador do PSD e presidente do Grupo de Comunicação Impresa) na Universidade de Verão do PSD 2013 que “há mal-estar entre poder político e media, devido a uma conceção dualista que alguns fazem dos meios de comunicação social: há os que veem os Media como inimigos a abater e os que acham que são instrumentos a utilizar”. Esta conceção de jornalismo como instrumento da política é também considerada por Estrela Serrano, admitindo que existe “em políticos de diversos quadrantes ideológicos, no Governo e na oposição” (Estrela Serrano, 2006, p. 76) justificando-se com uma afirmação de Nuno Morais Sarmiento em entrevista à Rádio Renascença e ao Jornal Público sobre a falta de comunicação do Governo com o país. Neste contexto, Sarmiento respondeu que “a comunicação é adjetivo (...). Apesar da importância que a comunicação tem, separemos o adjectivo do substantivo, que é a apresentação de políticas e reformas. A comunicação é importante mas é instrumental (...) Se me disser que houve momentos em que a comunicação não funcionou, acho que sim, mas não vai funcionar neste nem nos próximos governos, quanto tivermos uma mudança de paradigma em que a comunicação social (...) deixa de ser veículo de comunicação entre os decisores políticos, económicos e sociais e os destinatários, que são os cidadãos, e ela própria assume um papel de protagonista e intermedeia subjetivamente a comunicação” (Morais Sarmiento, 2004). Neste quadro, o panorama durante as últimas duas décadas revelou uma “simbiose” entre jornalistas e políticos (Estrela Serrano, 2006) dando origem a uma dimensão política do jornalismo assente em três aspetos fundamentais. A autora considera em primeiro lugar a “interação entre jornalistas e fontes” com base nas investigações já realizadas por Sigal (1973), Gans e Fishman (1980), Hess (1981) e Mancini (1993) com maior incidência nos EUA apesar de alargada à Europa, América

Latina, Leste Europeu, China e África. Em segundo plano, Serrano coloca a interação do “jornalismo com o mundo político e com as audiências” com o objetivo de verificar que o jornalismo afeta a democracia e que a imprensa pode ser um veículo não-intencional de propaganda política e partidária e inclui ainda neste campo a influência da agenda dos Media na agenda pública tal como expressa Graber (1998). Em terceiro plano, a autora coloca a avaliação da eficácia do jornalismo em diferentes contextos políticos tornando-o “um instrumento ao serviço da política no seu sentido amplo, constituindo um indicador, não apenas de si próprio mas do sistema que ajuda a promover ou a minar” (Serrano, 2006, p. 67). Estes fatores podem estar na base do comportamento de figuras políticas portuguesas nos últimos anos. Rosário Medina refere que a “crise dos partidos e a forte presença e a influência da televisão na sociedade, a que não é alheia nomeadamente um baixo nível de instrução e reduzidos índices de leitura de jornais por parte de uma camada substancial da população, impulsionou uma orientação das suas atividades e discursos com vista á sua transmissão audiovisual”. O autor encontra um paralelismo com o estilo da informação que vigorou no Estado Novo: “a banalização dos pseudo-acontecimentos, as notícias baseadas nas agendas oficiais, para a qual hoje contribui a crescente profissionalização das fontes” (Rosário Medina, 2012, p. 8).

Quanto ao futuro do Jornalismo, Carlos Camponez alerta para a uma tomada de consciência sobre a importância do jornalismo como organizador da sociedade contemporânea e, em face disso, a necessidade de repensar os fundamentos da sua legitimidade (Camponez, 2009) assim com dizia Gilles Lipovetsky: “ninguém porá em dúvida as falhas e abusos dos *Media*, mas seria ingénuo acreditar que eles são piores hoje do que ontem. É menos numa pretensa degradação da qualidade da informação que é preciso buscar as razões da renovação ética, do que no aumento da força dos *media* como poder organizador da realidade social” (G. Lipovetsky, *op. cit.*, pp. 265 e 266). Na política, François Brune, no ensaio sobre “Alienação publicitária” considera que “o político contemporâneo e as suas mensagens não são mais que um mero produto, inserido num mercado, que se destina a um consumidor que, neste caso, é o vasto eleitorado” (Miguel Midões, p. 2). Quanto ao jornalismo, “há muito que a informação deixou de ser isenta e a política também não escapa. Tudo o que hoje é Comunicação Política difundida nos “Mass Media” tem um objetivo, tem uma meta traçada estrategicamente. A mediatização das personagens políticas torna-as em vedetas ou destrói-lhes a imagem, mas em contrapartida a mediatização dos últimos anos que tem sido feita da política levou a um afastamento dos

cidadãos em relação a este tema. Os políticos estão descredibilizados e a imagem que os indivíduos têm da política não podia ser a pior” (Midões, p. 10). O autor cita Manuela Ferreira Leite, antiga ministra das Finanças e ex-líder do PSD disse que “os cidadãos já não olham para nós como pessoas de confiança, como alguém que pretende fazer algo pela Nação, mas sim como alguém que vai governar pelo interesse e bem pessoal”. A conjugação das duas áreas Comunicação e Política, permitiu o desenvolvimento do marketing político focado essencialmente nas figuras políticas do governo, dos partidos e de outras entidades similares (sindicatos, etc.) para que conseguisse passar a mensagem da melhor forma possível através dos media para conquistarem a maior fasquia possível de adeptos na opinião pública “a Comunicação Política compreende informação, participação, debate e comunicação em períodos de mandato político e de campanha eleitoral. (...) O agente político que protagoniza a comunicação deve revestir a sua mensagem de aspectos que potenciem o interesse público e o debate de ideias” (Martins Lampreia; Joaquim Caetano; 2009, p. 66). Os autores defendem que para “evitar equívocos que podem resultar em indesejáveis consequências, é vivamente aconselhável saber o que se pretende comunicar e adaptar essa mensagem técnica ao meio” (idem, p. 67). Neste sentido, Gaudêncio Torquato considera que “na Comunicação Política deverá haver uma enorme preocupação com a veiculação da mensagem de acordo com o seu objetivo, a sua temporização e os seus destinatários” (Torquato, 2002).

Do um ponto de vista temporal, Mário Mesquita afirma que “a comunicação política abrange todas as formas tradicionais e ritualizadas que se desenvolveram anteriormente à emergência dos meios de comunicação (cerimónias de entronização de monarcas e outros chefes de Estado, comícios, manifestações, etc.) até às modalidades contemporâneas das relações públicas, da publicidade e do marketing” (Mesquita, 1995, p. 385). Nelson Traquina defende que “no contexto da comunicação política, o campo jornalístico constitui um alvo prioritário da acção estratégica dos diversos agentes sociais, em particular, dos profissionais do campo político” (Traquina, 2000, p. 22). O futuro da Comunicação política pode passar segundo o economista americano David Meerman Scott pela transformação das regras utilizadas através das ferramentas de Marketing, Publicidade, Jornalismo e Relações Públicas, pois “a Internet é hoje uma poderosa arma de Relações Públicas e as empresas deverão conduzir as pessoas a comprar os seus produtos aliando conteúdos sobre os mesmos na Internet. Hoje em dia as diferenças entre as diversas ferramentas misturam-se, criando uma enorme massa estratégica”. Nada pode

mudar que “as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento” (Traquina, 1988, p. 168) e o “objetivo primordial da luta política consiste em coincidir as suas *necessidades de acontecimento* com as dos profissionais do campo jornalístico” (Traquina, 2000, p. 22).

6.O Meio Rádio: as condições que levaram à evolução da Rádio em Portugal

A Rádio nasceu na era da eletricidade. Numa primeira fase, a descoberta do italiano Guglielmo Marconi foi mais utilizada na Europa pelos militares para facilitar as comunicações com os navios durante a Segunda Guerra Mundial. Numa fase seguinte, o apoio do presidente Churchill permitiu uma mudança na rádio britânica, BBC. Em Portugal, o estado fundou a Emissora Nacional de Radiodifusão a 1 de Agosto de 1935. Ao longo de uma semana Fernando Pessa, Áurea Rodrigues e Maria de Resende fizeram a locução e as reportagens. A inauguração teve pompa e circunstância com a presença de personalidades notáveis da cultura como João Villaret, José de Almada Negreiros, Amélia Rey Colaço, Palmira Bastos, Robles Monteiro, entre outros. A partir daqui, a programação era composta apenas por música, emitida ao vivo com orquestra, os teatros radiofónicos que prendiam as atenções do povo à hora certa e a informação. Mas as regras da censura também se aplicavam à informação difundida pela recém-criada Emissora Nacional tal como já acontecia com os jornais. “A cúpula do sistema estadonivista reconheceu, desde muito cedo, a função nuclear de que se revestia a rádio e, a partir de meados dos anos 50 a televisão. À semelhança do teatro e do cinema, os referidos meios de comunicação ocuparam um papel central não só como instrumentos ao serviço de uma política totalitária, mas também enquanto aparelhos de enquadramento político-ideológico e de mobilização dos imaginários colectivos” (Gomes; 2009, p. 73). O autor exemplifica o significado da rádio naquela época com uma declaração de António Ferro na tomada de posse do cargo de diretor da EN “o mais poderoso instrumento de propaganda directa cabendo-lhe em grande parte, a pesada responsabilidade da educação cívica, moral e artística do nosso povo”. Era “uma fortaleza” do Estado” (Azevedo; 1999, p. 254). “Nos postos emissores de rádio, públicos e privados, e na RTP, os textos dos programas eram previamente sujeitos ao respectivo controlo, função desempenhada pelas estruturas das próprias empresas e pelos censores oficiais. Tanto na EN como na televisão estatal, as chefias eram de nomeação e confiança pessoal do Presidente do Conselho. Primeiro, de

Oliveira Salazar e, a partir de 1969, de Marcelo caetano, tornando a supervisão ainda mais apertada” (Gomes; 2009, p. 76).

A Igreja Católica, possuía a revista *Renascença* e avançou praticamente ao mesmo tempo da EN com a criação da Emissora Católica assente numa ética cristã, com objetivos diferentes da rádio pública como afirmou o Cardeal Cerejeira, no ato da fundação. “Nisto, é preciso ver longe e largo” (Oliveira Pires; 2012, p. 125). “O surgimento da emissora católica deve-se á necessidade “da formação de uma opinião pública qualificada capaz de dar significado a um novo sujeito de evangelização em Portugal” (Aura Miguel; 1992, p. 23). “ A fundação da Rádio *Renascença* numa época que já era de véspera do fim da hegemonia colonial dos ocidentais, mas que não encontrava muitas visões fundamentadas e ativas da mudança a orientar, correspondeu à compreensão de que era inevitável acompanhar o progresso científico e técnico, designadamente na área das comunicações, mas que toda a evolução e os futuros a construir não podiam ignorar o eixo da roda que são os valores, e a Igreja Católica não poderia ficar indiferente nem às capacidades que a evolução técnica oferecia, nem aos riscos que o descuido favorecia, nem ao dever institucional de pregar a todas as criaturas” (Moreira; 2012, p. 23). No setor privado também surgiu a Rádio Clube Português (RCP) em pleno Estado Novo, por iniciativa do Major Jorge Botelho Moniz e de Jorge Botelho Moniz a 22 de Novembro de 1931. O RCP ficou na história da rádio portuguesa por ter sido transformado, a 25 de Abril de 1974, no posto de comando do Movimento das Forças Armadas (mesmo www.publico.pt). No mesmo ano, a emissora foi nacionalizada. O projeto conheceu altos e baixos ao longo de 75 anos de emissões. De um modo geral, “se a rádio nas democracias já oferecia aos governantes esta possibilidade de intervenção política, nas ditaduras que foram vividas em Portugal e no Brasil neste século, o meio de comunicação foi um instrumento de poder abertamente utilizado. A propaganda oficial e maciça, a bajulação aos poderosos e a censura implacável a qualquer manifestação de descontentamento marcaram a informação na rádio nos dois países durante décadas” (Meditsch; 1999, p.115).

Ultrapassado o período da censura em Portugal “ o levante militar que derrubou a ditadura em 25 de Abril de 1974 deu-se em grande parte através da rádio. As senhas que deflagraram o movimento foram a transmissão de duas canções, de autores proibidos pelo regime, através de estações de Lisboa, e o local escolhido para a instalação dos porta-vozes do comando rebelde foi também a sede de uma emissora de rádio. Durante o período revolucionário que se seguiu, a rádio teve um papel central nos acontecimentos políticos e

foi completamente transformado por eles. (...) A rádio foi um dos principais instrumentos de luta ideológica, com o controle das diversas emissoras sendo acirradamente disputado entre direita e esquerda. A nacionalização de todas as rádios (com exceção da rede da Igreja Católica e de algumas pequenas emissoras locais), no final de 1975, encerrou este período recolocando a radiodifusão sob a tutela do Estado” (Meditsch; 1999, p.117).

6.1.As rádios livres ou “piratas”

A partir da implementação do regime democrático os setores da Indústria e da Comunicação Social foram nacionalizados. Na área da radiodifusão começaram a surgir as rádios livres ou “piratas” criadas na ilegalidade. “As emissões piratas terminaram a 8 de setembro de 1988 “porque é aberto concurso para a atribuição de alvarás. A TSF concorre em Lisboa, Porto, Coimbra e Faro. Só ganha em Lisboa e Coimbra (associado a um grupo de jornalistas locais” (Meneses; 2003; p.23) e foi uma das rádios piratas em Portugal que teve maior projeção junto do público ao afirmar-se no mercado com um novo estilo de tratar a informação. “ Escrever de uma forma simples e clara significa evitar a todo o custo que o ouvinte fique com dúvidas, nomeadamente enquanto ouve. Mas também implica não abandonar as (boas) marcas da oralidade, que vão aumentar a capacidade comunicativa do texto” (idem; p.31).

O passar do tempo, criou uma rotina da rádio em Portugal que Eduardo Meditsch destaca pelo trabalho do repórter desde o apuramento dos dados à elaboração do texto, edição e a apresentação em estúdio em colaboração com o editor-chefe, por isso, afirma que “ em relação à informação menos descartável e menos imediata, o radiojornalismo de Portugal é consideravelmente mais forte” (idem, p. 127). A qualidade dos profissionais portugueses também sobressai face aos brasileiros na análise de Eduardo Meditsch na medida em que os lusos são cada vez mais especializados, têm mais recursos técnicos e financeiros. Há correspondentes no estrangeiro e especializados na cobertura de alguns países ou regiões. Quanto aos temas, a política local, nacional ou internacional tem na opinião do investigador uma “grande ênfase” e numa situação económica mais estável “os jornalistas portugueses só costumam dar maior atenção a estes assuntos quando se expressavam através de conflitos políticos, como greves e manifestações”. Há ainda destaque para os “livros de estilo” do radiojornalismo português que contêm recomendações de “ texto, linguagem que pouco diferem das encontradas nos “manuais de redação” produzidos no Brasil” (idem, p. 129). Há neste ponto alguma semelhança, pois

em ambos os casos a redação para rádio deve ser “ simples, direta, natural e objetiva” (Porchat, 1986; TSF, 1992).

6.2.Lei da Rádio

Corria o ano de 1939, quando foi publicado, a 21 de Setembro, o Decreto - Lei: nº29.937 que suspendia o funcionamento de todas as estações emissoras de amador, devido à guerra. No ano seguinte, ocorreu a transformação da “Emissora Nacional” num organismo autónomo com separação dos CTT por Decreto-Lei nº. 30752.

A partir do 25 de Abril de 1974, as estações radiofónicas foram nacionalizadas menos a Rádio Renascença, a Rádio Altitude na Guarda e a Rádio Pólo Norte no Caramulo e foi criada a RDP-Rádiodifusão Portuguesa. Os primeiros pedidos de licenciamento de rádios ocorreram em 1976 mas foram recusados por falta de legislação adequada, apesar do programa do Movimento das Forças Armadas prever a revisão da lei de rádiodifusão. O mercado radiofónico português oficial estava limitado desde a década de 50 a quatro coberturas nacionais em Amplitude Modelada: uma para a Rádio Renascença, uma para o Rádio Clube Português e duas para a Emissora Nacional. Em 75, a RDP teve mais 3 coberturas nacionais em Onda Média e a Rádio Renascença teve uma.

Em 1979, a Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações decide aumentar a Banda da Frequência Modulada de 100.0 MHz para 108.0 MHz e Portugal passou a dispor de mais 80 possíveis canais com um espaçamento de 100 kHz. O governo legisla a atividade de rádiodifusão nos finais dos anos 80 para travar o fluxo de rádios livres que estavam a surgir em todo o país. Deste modo, também as rádios emergentes, ilegais, puderam ter condições para melhorar as emissões e os estúdios exercendo uma atividade legal. Atualmente está em vigor Lei n.º 54/2010 de 24 de Dezembro que revoga a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro, que prevê no artº 1º o objeto do diploma, “ A presente lei tem por objeto regular o acesso à actividade de rádio no território nacional e o seu exercício” (www.parlamento.pt); (www.erc.pt).O Dia Mundial da Rádio assinala-se a 13 de fevereiro. A data foi recomendada pelo conselho executivo da Unesco e submetida a aprovação da 36ª Conferência-Geral da Unesco, na sede em Paris. A Assembleia-Geral das Nações Unidas ditou a aprovação final.

7.O poder dos grupos económicos

O poder financeiro dos Grupos de empresas no setor da Comunicação Social move hoje em dia a maioria dos órgãos de comunicação em todo o mundo e Portugal não é exceção. Nos Estados Unidos da América e na Europa existem grupos que segregam rádios, jornais, estações de televisão, sítios na Internet e conseguem ter um domínio muito abrangente do mercado da comunicação social. Na realidade, Piedrahita adverte que a Imprensa deve ensinar o leitor a exercer a sua razão mas uma coisa é certa, o homem “ não procura encontrar a verdade, mas sim satisfazer as suas necessidades imediatas” o que na sua opinião leva à “politização da função jornalística (idem, 86) e o director deste meios (...) transforma-se num político, ainda que insista em convencer-nos de que todos os seus atos se realizam tendo em vista “critérios profissionais” (idem, p. 86). Hoje em dia, os Media estão interligados, funcionam em círculo, repetindo os Media, imitando os Media. (Ramonet; 1999, p. 39). O autor questiona assim a classificação de Montesquieu de que a Informação é o quarto poder, sendo o legislativo o primeiro, o executivo, o segundo e judicial o terceiro. Ramonet propõe uma hierarquia diferente alegando que “ há uma espécie de confusão entre os Media dominantes e o poder político, a tal ponto que os cidadãos duvidam que o funcionamento crítico do “quarto poder” ainda se realiza”, por isso, hoje em dia considera que “ o primeiro poder é exercido pela economia. O segundo cuja interligação com o primeiro é muito forte) é certamente mediático-instrumento de influência, de acção e de decisão incontestáveis-, de tal forma que o poder político já não aparece senão em terceiro lugar” (Ramonet, p. 40).

Em Portugal, em pleno século XXI, os diferentes órgãos de comunicação social pertencem ao mesmo grupo económico como por exemplo, Media Capital, Grupo Renascença, Controlinveste, entre outros, “a globalização da economia capitalista, com suas consequências no esvaziamento do poder dos estados nacionais e na crescente inocuidade das diferenças políticas parece, aos poucos, transferir a questão do controle das ondas para o domínio da lógica económica”. Deste modo, “inevitavelmente, as forças de mercado vão levar a que os grupos de rádio fiquem maiores e mais corporativos” (Macdonald; 1995, p. 171). Assim, para Meditsch a “política e a economia influem desta forma na maneira determinante sobre o que é tratado nas notícias da rádio (...) os acontecimentos políticos e económicos não interferem apenas pelo espaço que ocupam nos relatos oferecidos ao público, ou nas implicações imediatas (...) interferem na sua própria existência e orientação em relação à realidade” (Meditsch; 1999, p. 120).

Em seguida, apresenta-se a discriminação das rádios que pertencem a cada grupo. A Media Capital Rádios lidera a lista com a posse de várias marcas que chegam a uma grande variedade de públicos. A Rádio Comercial, a m80 com êxitos dos anos 70, 80 e 90 e a Star FM com um formato musical centrado nos êxitos dos anos 50, 60 e 70 enquanto a Cidade FM apresenta os sucessos recentes. O grupo possui ainda a Smooth FM e a Vodafone FM. A Cotonete é um projeto com 12 anos e lidera as rádios on-line em Portugal.

O Grupo Renascença é composto pela Rádio Renascença, a RFM, Mega FM, Sim, rádios on-line e as empresas r/com (Renascença-comunicação multimédia); a empresa de publicidade Genius e Meios, o jornal em pdf. Página 1 e Clube Renascença. O capital pertence ao Patriarcado de Lisboa e Conferência Episcopal Portuguesa.

No setor público de radiodifusão, o Estado possui a RDP que inclui a Antena 1, Antena 2 e Antena 3; a RDP África, RDP Internacional, RDP Açores, RDP Madeira, e Antena 3 Madeira e várias rádios on-line.

Em Portugal, existe ainda o grupo Lusocanal, Radiodifusão, Lda., que tem adquirido várias rádios locais: SWTMN, Radar, Amália, Marginal, Oxigénio e no Porto a Festival e a Nova Era.

No grupo Controlinveste, a TSF é a única rádio entre diversas publicações de revistas e jornais, dos quais o Jornal de Notícias, o Diário de Notícias e o Açoriano Oriental (em S. Miguel).

A Impresa é um grupo de comunicação social, cotado em bolsa mas não inclui rádios. Detém, entre outros, o canal de televisão Sic, o jornal Expresso e a revista Visão.

Neste âmbito, pode-se enquadrar o estudo de Elsa Costa e Silva sobre a “Concentração dos Media”, na qual a autora faz uma análise dos grupos de Media em Portugal dividindo-o em quatro grupos: nos históricos inclui a Impresa; PT/Lusomundo e nos novos a Media Capital e a Cofina. Nos grupos do Estado atribui a RTP e a RDP e da Igreja Católica a Renascença. A investigadora portuguesa dedica-se à análise da concentração dos Media em Portugal por considerar que assim a “defesa do pluralismo e da diversidade assume particular importância nas sociedades caracterizadas pela garantia de liberdade de informação” (Costa e Silva; 2013 p. 101). A autora defende ainda que neste sentido, “o papel dos Media tem sido explorado como um dos espaços públicos mais pertinentes para o exercício do pluralismo e da diversidade” (idem).

III Tratamento da Informação Política na RR: estudo de caso sobre a RR

O Estudo de Caso sobre o tratamento da informação Política na RR-Porto surgiu no âmbito do estágio realizado na estação de rádio e que implicava a elaboração de um relatório, do qual devia fazer parte uma investigação mais aprofundada. Nesse sentido é apresentado em seguida o modelo que serviu de base à pesquisa com vista à recolha de dados quantitativos e à aplicação em gráficos para obter resultados, em percentagem, de modo a aferir a prevalência da editoria de políticas nos noticiários de horário-nobre e por conseguinte, a respetiva interpretação dos mesmos à luz dos acontecimentos políticos que surgiram entre janeiro e março de 2013.

1.Objetivos do Estudo

O objetivo deste estudo é analisar o tratamento dado às notícias de política nos noticiários da Rádio Renascença-Porto (RR) durante o horário-nobre, entre as 07 e as 10.00, do turno da manhã, de segunda a sexta-feira, realizado na Rádio Renascença-Porto nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2013. A principal intenção é verificar se é a editoria de política predominante nos blocos informativos no horário acima referido e aferir quais os atores ou fontes mais utilizados na editoria de política para suporte das notícias emitidas em antena. Para obter os dados, formularam-se duas perguntas de partida para apurar qual o lugar da política nos noticiários do horário-nobre da RR e qual o tratamento editorial e fontes. Na fase seguinte, foi necessário elaborar uma grelha de análise com o objetivo comparar o número de notícias de cada editoria transmitidas nos noticiários de prime-time do turno da manhã de segunda a sexta-feira obtido em cada mês de Janeiro, Fevereiro e Março com os resultados finais dos três meses em que decorreu o estágio. A informação foi transferida para gráficos circulares e em barras em (Microsoft Excel) para assumir a forma de percentagem e assim permitir a leitura dos dados e estabelecer comparações em percentagens. Como complemento aos dados obtidos realizaram-se entrevistas a alguns jornalistas com mais anos de serviço na RR-Porto e ao editor de serviço, individualmente e sem que uns soubessem previamente do tema da investigação para evitar “contaminações” nas respostas.

2.Metodologia:

O estudo de caso incide concretamente sobre a editoria de política de todos os blocos transmitidos no horário-nobre da manhã (07:00-09:00). Nesta pesquisa foram

excluídos os noticiários das restantes horas do dia, uma vez que o espírito da investigação era apenas sobre o turno em que decorria o estágio. Tratando-se de rádio, a seleção das notícias incide no horário-nobre dado que é o período em que o meio rádio tem maior audiência. Este contexto determinou a seleção da amostra e que corresponde a um total de 504 notícias, incluindo as editorias de Política, Economia, Sociedade, Internacional, Desporto, Internacional, Cultura e Religião e Outros. Na tabela principal consideraram-se os seguintes campos de pesquisa: a) os dias; b) as horas e c) as várias editorias (Política, Economia, Sociedade, Internacional, Desporto, Internacional, Cultura e Religião e Outros. Na alínea a) todos os dias do mês estão incluídos, de segunda a sexta-feira exceto fins-de-semana e feriados por se tratar de um estágio e nestes dias não era exigida a presença do estagiário para acompanhar o trabalho na redação. Na b) consideram-se as 07:00; 08:00 e 09:00 da manhã e na c) aplicaram-se as seguintes variáveis: RM, Sem RM; Direto e Peça de Voz que correspondem à utilização de gravações com os atores protagonistas das notícias. Na sequência da primeira tabela foi criada uma segunda, com os elementos relacionados com as fontes utilizadas nas notícias de políticas no horário 07:00-09:00, no período acima referido. As variáveis tidas em conta foram as fontes oficiais relacionadas com o Estado, tribunais, forças militares, sindicatos, partidos políticos em funções na atual legislatura e na oposição, poder local, Banca, Saúde, Universidades. As fontes não-oficiais dizem respeito a entidades privadas, cidadãos anónimos, organizações culturais, artistas e personalidades da Igreja Católica dado que a editoria de Religião foi analisada no estudo porque a RR é também a Emissora Católica Portuguesa.

Os critérios de seleção para a recolha de dados quantitativos para a elaboração de tabelas e de gráficos foram os seguintes: a contagem do número de notícias por cada editoria em cada mês e posterior comparação dos resultados finais dos três meses que originou o primeiro gráfico. Para executar o segundo gráfico, foi apenas considerado o número de notícias de Política (devido ao âmbito do estudo) transmitidas em cada mês, para comparar os resultados e saber em qual predominou a Informação sobre a área de estudo. O uso de sons/ rns para completar as notícias, peças de voz e diretos também foi um critério a considerar para aferir qual o recurso mais utilizado no total de notícias. Por conseguinte, a análise dos gráficos foi elaborada com base em conceitos teóricos desenvolvidos por diversos especialistas em Comunicação para explicarem o fio condutor da ação dos Media junto do público. No que toca às fontes foram elaboradas três grelhas, uma para cada mês em estudo das quais resultaram os gráficos para medir a quantidade de

notícias de Política emitidas com sons de fontes oficiais e não oficiais, comparando os dados de cada mês entre si para verificar qual foi o que registou maior frequência dos dois tipos de fontes. Os noticiários foram gravados através da plataforma de Intranet disponível no sistema informático da RR. De acordo com a explicação dada pelo diretor-adjunto de informação da RR, Pedro Leal este sistema serve de arquivo e de ferramenta de trabalho para os jornalistas da redação consultarem as notícias transmitidas recentemente. A recolha e o armazenamento são assegurados pelos técnicos de som. Os dados ficam guardados no sistema durante um mês. A RR disponibiliza ainda os noticiários do dia no sítio da Internet, para que o público possa ouvir a informação do dia, caso não consiga fazê-lo através do aparelho de rádio à hora certa. Porém, não é possível recuperar os blocos transmitidos no dia anterior através da página *on-line*.

O perfil do ouvinte da RR, segundo o estudo “ A cultura participativa nos sítio da Internet de rádio portugueses” desenvolvido por Reis e Lima “ tem sofrido alterações que refletem a mudança de perfil do produto radiofónico que já neste século foi reformulado de modo a abranger faixas etárias mais jovens. As investigadoras referem que até 2004, o público-alvo situava-se na população entre os 50-55 anos mas “foi rejuvenescido” para os 40-45. De acordo com a mesma fonte, o “ grau de instrução dos ouvintes, assim como o género, também mudou: de uma audiência com fraca escolaridade, sobretudo feminina, formada por domésticas e trabalhadores dos setores das pescas e agricultura, passou para uma audiência maioritariamente masculina, formado tanto por ouvintes de média escolaridade como profissionais liberais e dirigentes de empresas com mais habilitações”.

3. Janeiro-Março 2013: Contexto Político do país durante a investigação

O cenário político durante os primeiros três meses do ano de 2013 foi marcado pelas decisões do governo de coligação PSD/CDS-PP em função do Memorando de Entendimento assinado com a Troika, formada pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional (FMI) com vista à recuperação económica de Portugal devido à situação de crise financeira que o país atravessa. No início do ano, o Pedido de Fiscalização do OE do Provedor de Justiça ao Tribunal Constitucional ocorreu ao mesmo tempo que os patrões duvidavam se tinham de pagar os duodécimos do subsídio de férias em Janeiro no setor privado. O ministro dos negócios estrangeiros, Paulo Portas confirmou o consenso político e social. O Fundo Monetário Internacional propôs a aplicação de cortes de 4 Milhões de euros para reduzir a despesa do estado. O PS, maior

partido da oposição, contestou a medida que colocava em causa o despedimento de 120 mil funcionários públicos e o corte nas pensões devem ser as primeiras ações. O autarca de Cascais, Carlos Carreiras pediu a demissão do Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro, Carlos Moedas por ter defendido o relatório do FMI. O CDS, o partido de coligação com o PSD no governo demarcou-se da posição do executivo. Nesta altura, o presidente do Parlamento Europeu, Martin Shulz esteve em Lisboa e criticou a proposta do relatório do Fundo Monetário Internacional para Portugal. O alto responsável recomendou o entendimento interno no país. No mesmo dia, Portugal teve a garantia da Comissão Europeia de receber cerca de 82 mil milhões de euros, um valor acima do que estava previsto. O Primeiro-Ministro (PM), Pedro Passos Coelho elogiou Carlos Moedas por ter dito que o relatório do FMI está bem feito e admitiu que é “um processo de reformas das nossas políticas públicas”. O chefe de governo sublinhou que o relatório do FMI “não é a Bíblia do Governo” e considerou que prefere olhar para o diagnóstico e para os problemas identificados no relatório. Passos Coelho apelou a um debate nacional, o mais alargado possível sobre a redução da despesa pública e a reforma do Estado.

A 14 de Janeiro, o Correio da Manhã publicou uma sondagem para as eleições autárquicas a realizar no final do mês de Setembro. As projeções apontavam para a vitória do PS nas eleições sob a liderança do António José Seguro. O PS iniciou as Jornadas Parlamentares. A Reforma do Estado esteve a marcar a atualidade política ao longo do mês de janeiro a par da greve do Metro de Lisboa, da revisão a Lei dos Estivadores, a fusão de Freguesias e o Presidente da República promulgou a lei e o FMI elogiou o governo português mas fez recomendações. No debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, o Parlamento votou a criação de uma comissão para a reforma do Estado com a função de vigiar a Reforma do Estado que o PS rejeitou e Assunção Esteves, Presidente da Assembleia da República não deu como certo que a comissão avance. O comentador político Marcelo alertou para crise política entre PSD e CDS. As dificuldades económicas do país levaram o Estado a equacionar a possibilidade de deixar de prestar alguns cuidados de saúde. Na agricultura, a Ministra Assunção Cristas admitiu recorrer ao programa comunitário PRODER. O governo defendeu a aplicação do subsídio de desemprego para a função pública. O PS-Açores pediu a fiscalização sucessiva do OE do Estado ao Tribunal Constitucional. Em ano de eleições autárquicas, o PCP avançou cedo com candidatura de Bernardino Soares à Câmara de Loures enquanto estavam 3 secretários de estado de saída do governo e a candidatura de António Costa à liderança do PS estava posta de lado.

4.A análise de dados relacionada com o contexto político entre Janeiro-Março/2013

A análise apresentada nesta parte destina-se a aferir a quantidade de notícias de política, em especial e também de outras editorias desde economia, sociedade, internacional, desporto, cultura, religião e outros face aos acontecimentos que marcaram a agenda da RR durante o período de estágio, entre Janeiro e Março de 2013. Deste modo, é possível constatar que o editor em função dos critérios e dos valores-notícia implícitos na linha editorial da estação escolheu os assuntos de política que estavam em foco naquele período. Após a seleção de dados sobre a editoria de política é proposta uma leitura dos dados para apurar a predominância da mesma nos noticiários de horário-nobre da manhã, de segunda a sexta-feira. As notícias podem resultar de reportagens- a informação recolhida e elaborada fora da redação-, peças- a informação tratada na redação com base em diversas fontes- ou através de entrevistas. Todas as notícias são precedidas de um breve texto de apresentação feito pelo editor e reforçadas com o registo gravado de declarações dos protagonistas dos acontecimentos, o que pode não ser aplicado a todas as notícias. Quanto à análise de especialistas pode ter um texto de introdução lido pelo editor e o comentário é feito em direto ou retirado das declarações feitas em programas temáticos que a RR dispõe para a área de política. Os noticiários também podem conter alertas ou chamadas de atenção ao ouvinte para um assunto a desenvolver nas próximas edições do dia.

Os dados recolhidos em janeiro revelam que 32% das notícias foram de Política seguindo-se as de sociedade com 27% e as de economia com 25%. Estes dados correspondem de facto ao cenário político do país e que marcou a agenda dos Media no início do ano, assente na discussão das políticas do governo de coligação PSD-CDS/PP para combater os efeitos da austeridade em virtude das recomendações do Fundo Monetário Internacional ao nosso país. A maioria dos temas mereceu o comentário e as críticas de personalidades políticas, que foram entrevistadas para explicitar as razões da contestação às medidas do executivo. De certo modo, as decisões políticas tinham impacto na situação económica das empresas, sobretudo quanto ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal em duodécimos aos funcionários públicos. Por outro lado, no início de um novo ano, saíram os balanços dos lucros e dos gastos das principais empresas portuguesas. Uma vez que se trata de um estudo da RR, Emissora Católica, considera-se importante destacar neste mês, a editoria de religião ocupou apenas 1% das notícias numa altura em

que ocorreu a habitual mensagem de Ano Novo do Papa Bento XVI e também no dia Mundial do Doente que se assinala a 8 de janeiro.

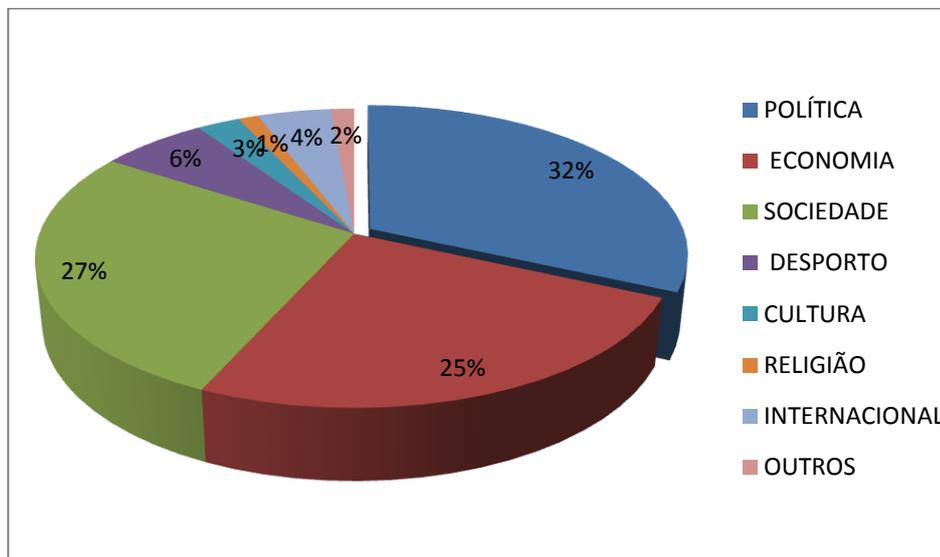


Gráfico 1- Tratamento Editorial dos Noticiários da RR, em janeiro, entre as 07:00 e as 09:00

No gráfico seguinte, expõem-se os resultados do mês de fevereiro, durante o qual verifica-se uma ligeira descida da editoria de política e também de Economia enquanto a de religião registou um aumento de 10%. Esta alteração deve-se à resignação inesperada do Pontificado pelo Papa Bento XVI. As movimentações no seio da Igreja Católica duraram algumas semanas em virtude deste acontecimento, o que levou à realização do conclave para a eleição do novo Papa.

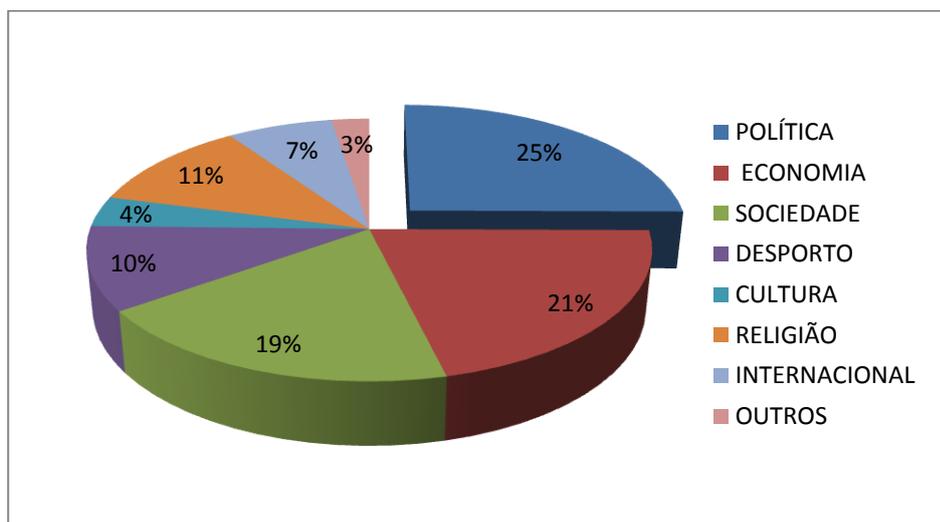


Gráfico 2- Tratamento Editorial dos Noticiários da RR, em fevereiro, entre as 07:00 e as 09:00

A editoria de Economia também ganhou destaque em Fevereiro com 21%, tendo em conta a vinda dos técnicos da Troika a Portugal para realizarem a sétima avaliação ao programa de ajuda financeira. Mesmo com estas alterações na agenda mediática que se tinha delineado em Janeiro, a Política manteve-se na liderança com maior número de notícias editadas, ou seja, 25%. A editoria de sociedade justifica os 19% com os assuntos relacionados com as catástrofes ambientais nos Açores que fizeram vítimas mortais. No continente, o mau tempo também levou ao encerramento de escolas e afetou a circulação em algumas cidades do norte do país. A ocorrência de acidentes ferroviários, que provocaram dezenas de feridos, justificou a realização de entrevistas e alguns diretos.

Em março, as cerimónias religiosas prolongaram-se até à subida do novo chefe da Igreja Católica à Cadeira de Pedro, com o nome de Francisco. A Emissora Católica Nacional assegurou emissões especiais com diretos por telefone dos enviados especiais a Roma em Itália, entrevistas com personalidades da Igreja em Portugal a comentar as mudanças que se viviam no Vaticano e reportagens no local com declarações dos populares que se deslocaram à Praça de S. Pedro para assistirem a todos os processos. A editoria de religião registou um aumento do número de notícias face aos dois meses anteriores tendo em conta as celebrações da Páscoa.

Na economia, a discussão do Orçamento do Estado para 2013 iniciou um novo tema de agenda nos Media que acabou por se estender ao longo do mês de março. O documento suscitou o pedido de fiscalização junto do Tribunal Constitucional e assim surgiram em antena diversos comentários de políticos sobre este assunto a par das declarações dos governantes. As noticiais da economia nacional aliavam-se de certa forma à situação financeira no Chipre próxima da bancarrota e que de certa maneira suscitava o interesse de Portugal devido à crise financeira. Na política, o Primeiro-Ministro discute medidas de combate à crise. O cenário agrava-se com greve nos transportes públicos e o PS, maior partido da oposição avança com uma moção de censura contra o governo de Passos Coelho. O regresso do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates para comentar a atualidade política na RTP, a estação pública de televisão.

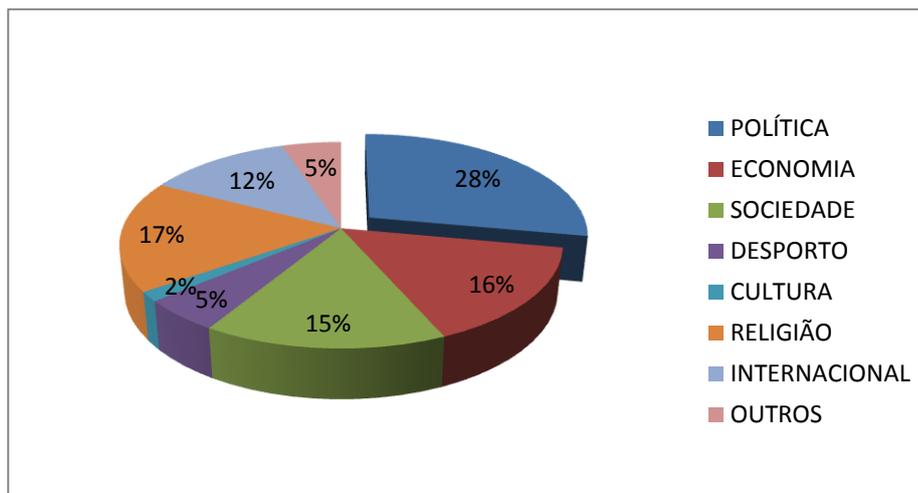


Gráfico 3- Tratamento Editorial dos Noticiários da RR, em março, entre as 07:00 e as 09:00

Quanto à editoria de cultura, a percentagem situou-se nos 2% na medida em que a RR dá cobertura apenas quando se realizam eventos de destaque a nível nacional, como por exemplo, a exposição de Joana Vasconcelos no Palácio da Ajuda em Lisboa, o novo projeto para o Museu dos Coches, em Lisboa e os 250 anos da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Quanto ao Desporto registaram-se mais notícias, o que corresponde a 5% do total do noticiário de março. Os assuntos em destaque nesta editoria são na maioria dos casos trabalhados em conjunto com a equipa que faz o programa desportivo “Bola Branca”, com duas edições por dia, e que permite a permuta de sons com a Informação relacionados com jogos de futebol importantes, jogadores, diretores de clubes e até do secretário de estado do desporto sobre a lei de polícia nos estádios.

Em último, apresenta-se o gráfico que reflete a percentagem de notícias de cada editoria registadas de janeiro a março, no qual a fatia maior pertence à Política com 28%. A economia e a sociedade estão em pé de igualdade com 21%.

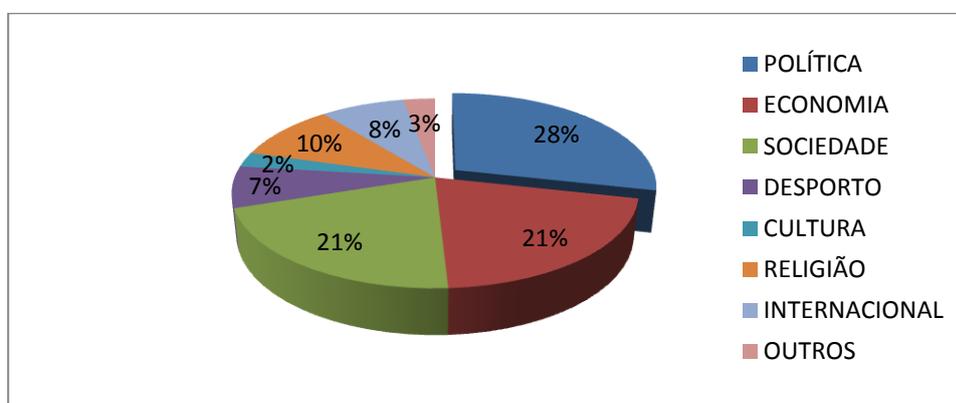


Gráfico 4- Tratamento Editorial dos Noticiários da RR entre as 07:00 e as 09:00 nos meses de janeiro, fevereiro e março

Após a recolha dos resultados obtidos na editoria de política em cada mês será agora apresentada a comparação dos resultados dos três meses como mostra o gráfico 5. No primeiro mês do ano, registaram-se mais notícias de política editadas nos noticiários de horário-nobre no turno da manhã com 160 de um total de 392 notícias editadas em comparação com os dois meses seguintes, pois em fevereiro rondou as 100 e em março teve um ligeiro aumento para 132. Estes resultados provam que numa emissora de orientação religiosa, faz-se o acompanhamento das notícias de política tal como acontece nos restantes órgãos de comunicação social dando conta dos principais comentários, críticas e reações às medidas do governo e às decisões que afetam a vida das empresas e dos cidadãos. Enquanto, as notícias de religião só ganham maior relevo em horário-nobre em situações de acontecimentos marcantes para a comunidade católica em Portugal e em alguns casos com impacto à escala mundial, como por exemplo, a resignação do Papa e a nomeação do sucessor.

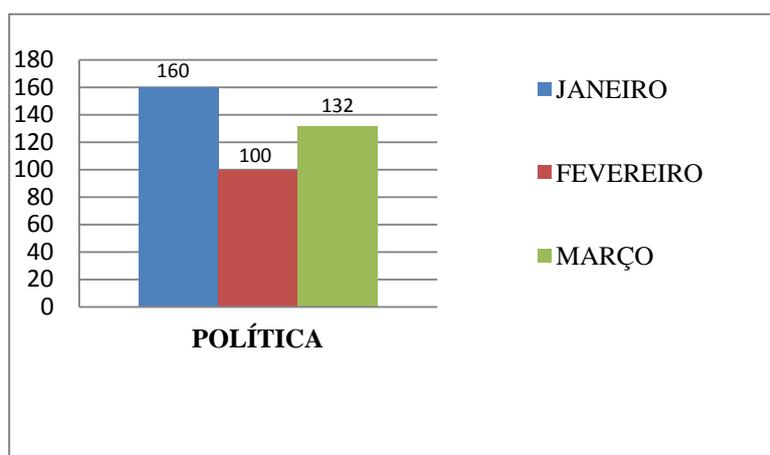


Gráfico 5- Predominância da editoria de Política janeiro-março 2013

No gráfico 6 pretende-se analisar da aplicação do RM (registo magnético) ou som (termo usado na gíria profissional) peças de voz (a explicação dada pelo jornalista sobre o tema sem som da fonte) e diretos. Nesse sentido, do total de notícias pretende-se verificar aquelas que têm RM, as que não têm RM; peça de voz.

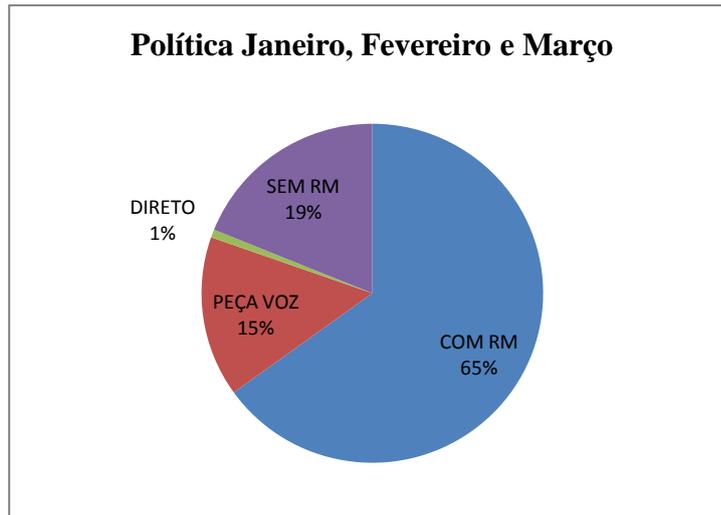


Gráfico 6- Uso de sons nas notícias de política de janeiro a março de 2013

Assim, verifica-se uma predominância das notícias com RM's, ocupando 65% do total dos meses de janeiro, fevereiro e março. Este critério é relevante na medida em que o tratamento jornalístico das notícias em rádio requer o recurso ao *som* para completar e reforçar as afirmações do jornalista, ou seja, trata-se de uma declaração dos principais intervenientes no assunto, designados por fontes. É também uma forma de credibilizar as informações prestadas pelo jornalista. Há, no entanto, 19% de notícias que não tiveram RM, por impossibilidade de contactar com as fontes ou indisponibilidade das mesmas. As peças de voz ocupam uma fatia menor no bolo das notícias transmitidas na RR. Este trabalho é utilizado com o objetivo de explicar ao público mais pormenores sobre o tema, obedecendo de qualquer modo, às regras de escrita em rádio com uma linguagem simples, objetiva e concreta. Os diretos, sobretudo por telefone, são muito pouco utilizados e aplicam-se em situações de calamidades ou tragédias como por exemplo, o acidente de comboio que ocorreu em Coimbra e que originou dezenas de feridos. Neste caso, o editor enviou um repórter para o local para fazer a reportagem.

5.As Fontes de Informação

Para apurar qual a importância da utilização de fontes de informação na editoria de Política foi elaborada uma tabela de análise composta por três colunas correspondentes a cada hora de edição do noticiário em estudo (07:00, 08:00 e 09:00). Cada uma foi subdividida em Fontes Oficiais e Não Oficiais. A amostra utilizada foi de 218 notícias de

política, editadas nos horários já mencionados, de segunda a sexta-feira, exceto fins-de-semana e feriados.

	7H00		8H00		9H00	
	F. OFICIAIS	F. NÃO OFICIAIS	F. OFICIAIS	F. NÃO OFICIAIS	F. OFICIAIS	F. NÃO OFICIAIS
JANEIRO	34	0	31	1	31	0
FEVEREIRO	16	0	20	0	13	0
MARÇO	26	8	19	2	17	0
Total Fontes Oficiais	207					
Total Fontes Não Oficiais	11					

Tabela 1- Tratamento das Fontes de Informação nas notícias de política no *prime-time* da RR

A partir desta tabela resultou um gráfico para traduzir os dados em percentagens e assim comparar a utilização das fontes oficiais e das não oficiais, o que se provou que há uma elevada predominância das Fontes Oficiais o que equivale a 95% do total.

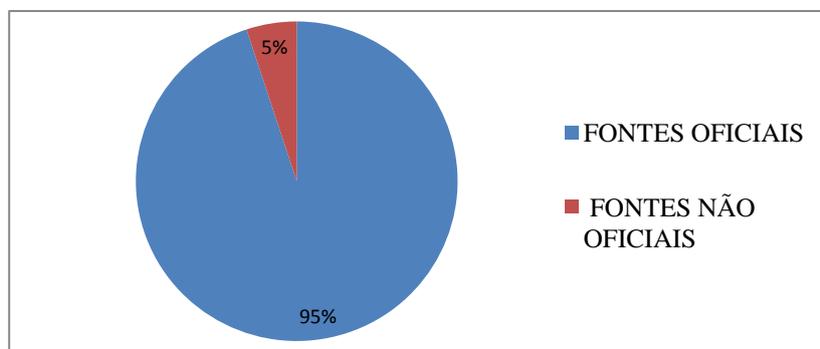


Gráfico 7- Tipos de Fontes utilizadas nos noticiários da RR em horário-nobre

Apenas 5% cabem às fontes não oficiais, o que significa que existem poucas notícias editadas em horário-nobre que sejam documentadas com declarações de cidadãos anónimos, comentadores ou especialistas em política, enquanto prevalecem as declarações de membros do governo, deputados no parlamento, líderes partidários, dirigentes sindicais e administradores de empresas públicas nomeados por decisão política em virtude do partido que constitui o executivo em funções na atual legislatura. A elaboração do próximo gráfico teve por objetivo comparar a utilização dos dois tipos de fontes nos três meses de estágio, isto é entre Janeiro e Março de 2013, nos noticiários de horário-nobre. Na leitura

do gráfico de acordo com os dados de cada mês verifica-se que Janeiro teve mais fontes oficiais em antena chegando perto das 35. O início do ano é por norma marcado por mensagens de Ano Novo dos chefes de Estado e de Governo, e reações dos líderes políticos às medidas anunciada para o ano que começa. Em 2013, surgiram greves diversas logo nos primeiros dias, o que motivou a intervenção de vários dirigentes sindicais. Em Fevereiro e Março manteve-se o número de fontes oficiais, situando-se ligeiramente abaixo das 35. Quanto aos horários, as sete da manhã foi o que teve mais fontes oficiais nos três meses em estudo, o que demonstra que continua a ser o “rei” das manhãs de informação em rádio. O bloco das oito horas já registou uma quebra do número de fontes, sobretudo em Janeiro, elevando os valores em Fevereiro. No último bloco, às nove, as fontes oficiais ficam abaixo da fasquia das 20. O mês de março é o que apresenta uma descida gradual enquanto Fevereiro regista um ligeiro aumento, especialmente às 08:00.

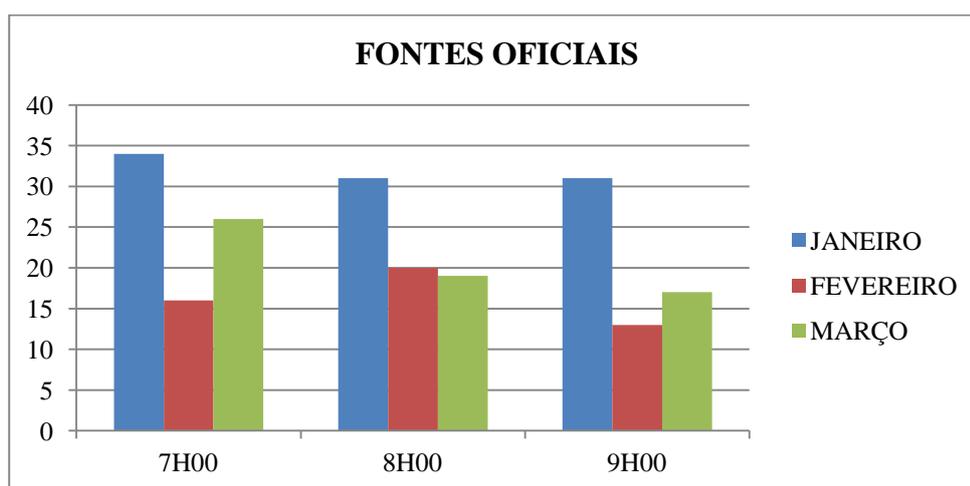


Gráfico 8- Comparação das fontes-oficiais utilizadas entre as 07:00 e as 09:00 de janeiro a março de 2013.

Na sequência do apuramento de resultados sobre as fontes, verificou-se que não seria necessário um gráfico para comparar as fontes não oficiais na medida em que representam uma minoria como se pode aferir de acordo com os resultados da tabela.

6. Discussão dos Resultados

A reflexão apresentada incide sobre os resultados obtidos através de tabelas e gráficos utilizados para analisar se editoria de política predomina entre as outras que também fazem parte de um noticiário da RR como a de economia, sociedade, internacional, desporto, cultura, religião e outros. Para esta abordagem também foram

consideradas as teorias da comunicação, desenvolvidas por investigadores conceituados no sentido de encontrar algumas justificações que levam os editores da RR a optarem pelo destaque de temas de política nos noticiários de horário-nobre, assim como os conceitos que suportam o recurso às fontes de informação oficiais em detrimento das não-oficiais para credibilizar o contexto da notícia lida em antena pelo editor.

A reflexão sobre o tratamento da Informação política na RR, em especial no horário-nobre no turno da manhã entre as (07:00 e as 09:00) permite concluir que a política é a editoria predominante. A maioria das notícias analisadas durante os três meses de estágio concentra-se nesta área em detrimento da editoria de Economia que surge em segundo lugar seguida da Sociedade. Estas são as três editorias de topo na RR, o que se pode confirmar com uma percentagem de 28% para a Política face a 21% de Economia e de Sociedade. A editoria de Desporto representa apenas 7%, a de Internacional 8%, a Cultura 2%, a Religião 10% e Outros 3%.

Na comunicação existem teorias já confirmadas que suportam a opção da RR para dar primazia às notícias de política. Há procedimentos comuns nos Media que estão implícitos na seleção dos temas abordados nos noticiários. Em rádio, tal como na generalidade dos meios de comunicação social, o editor é o responsável para seleção das notícias. A explicação para este procedimento traduz-se pela ação de um indivíduo ou um grupo, que tem “o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia” (Lewin, 1947, p. 145). David Manning White explica como se faz a seleção diária da quantidade de informação fornecida pelas agências e outros órgãos de comunicação social. A função de filtragem ou de gatekeeping nos Mass Media que “ inclui todas as formas de controlo da informação, que podem estabelecer-se nas decisões acerca da codificação das mensagens, de selecção, de formação da mensagem, da difusão, da programação, da exclusão de toda a mensagem ou das suas componentes (Donohue-Tichenor- Olien, 1972, p.43). Na opinião de Gans (1967), o contexto profissional-organizativo-burocrático circundante também exerce uma influência decisiva nas escolhas dos gatekeepers. Mauro Wolf recorda o estudo efetuado por Breed (1955) sobre o controlo social nas reações com especial atenção para os mecanismos de manutenção da linha editorial e política dos jornais- e distingue seis motivos para a orientação jornalística: “autoridade institucional e as sanções; os sentimentos de dever e de estima com os superiores; as aspirações à mobilidade profissional; ausência de fidelidades de grupo contrapostas; o carácter agradável do trabalho e o facto da notícia se ter transformado em valor”. (Robinson,1981, p.97)

considerou que “as decisões do gatekeeper são tomadas, menos a partir de uma avaliação individual da noticiabilidade do que em relação a um conjunto de valores que incluem critérios, quer profissionais, quer organizativos, tais como a eficiência, a produção de notícias, a rapidez”. Na perspectiva de David Manning White, a comunicação de notícias é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do gatekeeper. O editor exerce esta função através da aplicação dos valores-notícia. Os teóricos Galtung e Ruge definiram que se trata de um valor subjetivo que determina a importância que tem um fato ou acontecimento para ser noticiado. Ambos traçaram doze critérios de noticiabilidade agregados em três grupos. O primeiro está relacionado com o impacto das notícias tendo em conta a Amplitude; Frequência; Negatividade Caráter Inesperado e Clareza. O segundo grupo diz respeito à empatia com a audiência e inclui a Personalização, Significado; Referência a Países de elite e às pessoas que dela fazem parte. Por fim, o último grupo aplica-se ao Pragmatismo da cobertura mediática, onde se inclui a Consonância, Continuidade e a Composição. Deste modo, aplica-se a teoria de Philip Schlesinger de que os Jornalistas têm consciência do seu papel na construção da realidade. Porém, os valores-notícia também têm sofrido alterações devido ao fenómeno que Ramonet chama de Mimetismo mediático. “É aquela febre que se apodera de repente dos Media (sem distinguir suportes) e que os empurra, com a urgência mais absoluta, a precipitarem-se para cobrir um acontecimento (qualquer que ele seja) com o pretexto de que os Media de referência- lhes dão grande importância” (Ramonet, 1999, p.20). O autor considera tratar-se de um novo tempo do jornalismo que acaba por modelar novos conceitos de “valor-notícia”, “objetividade” e “profissionalismo”, o que explica com a ideia de “quanto mais os media falam de determinado assunto, tanto mais eles se convencem, colectivamente de que esse assunto é indispensável, central, capital, e que é necessário dar-lhe mais cobertura dedicando-lhe ainda mais tempo, mais meios, mais jornalistas (Ramonet, Idem).

A seleção de notícias proposta ao ouvinte também é feita com base no tempo disponível no total do noticiário para determinado assunto. Alguns estudos provaram que este fator exerce pressão e constrangimentos no desempenho dos jornalistas e influenciam a produção noticiosa. Michael Gurevitch e Jay G. Blumber (1982) consideram que o tempo pode “transformar os jornalistas em empacotadores de embrulhos noticiosos “coerentes”. Philip Schlesinger (1977) defendeu que o tempo é um instrumento usado pelos jornalistas para classificar e ordenar as notícias e que a “notícia é tratada como uma mercadoria

perecível”. Mas para McCombs e Shaw (1972, 1993), o “relato jornalístico é para boa parte da população a melhor, a mais acessível – e nalguns casos- a única aproximação às realidades políticas. O aspeto Tempo em rádio, está associado ao que Gaye Tuchman chama de “hierarquias de credibilidade”, ou seja, a duração de cada notícia no noticiário e o lugar que tem no alinhamento informativo. Deste modo, é proposto um grau de importância a determinado acontecimento, com mais ou menos detalhes, ao mesmo tempo que vai ao encontro de uma ordem de importância jornalística. Logo, esta ordenação dos acontecimentos pode influenciar o entendimento e a percepção dos ouvintes sobre a realidade política. Os teóricos chamaram de *agenda-setting* a escolha das notícias. Mauro Wolf reflete sobre este tema à luz das ideias de Shaw e considera que “as pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os Media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui, uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos Media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas” Mauro Wolf;1987). O conceito clássico de Shaw resulta das influências de Lang e Noedle Neuman cujo “pressuposto fundamental do agenda-setting é a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social que lhes é fornecida, por empréstimo, pelos Mass Media” (Shaw, 1979, p-96-101). Esta ideia pode completar-se com a formulação de Cohen que “ a imprensa pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre os temas que devem pensar qualquer coisa” (1963, 13). Shaw conclui que “ os Mass Media fornecem algo mais do que um certo número de notícias. Fornecem igualmente as categorias em que os destinatários podem, sem dificuldade e de uma forma significativa, colocar essas notícias” (1979, 103). Wolf recomenda que “o caminho a seguir é analisar, independentemente, meios de comunicação diversos e diferentes *issues*, usando variados modelos de *frame* temporal. Este mecanismo é o mais utilizado para a produção dos noticiários que são transmitidos de hora a hora na rádio. As diferentes notícias são consideradas relatos de acontecimentos noticiosos ou narrativas culturalmente construídas, isto é, “estórias” segundo Tuchman, Robert Darnton, Elizabeth Bird e Robert Dardenne. Estas “estórias” ou notícias são na análise de Harvey Molotch e Marilyn Lester resultado de um procedimento intencional, ou seja, os acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos são usados estrategicamente o que faz pensar a diferença da realidade e a representação da mesma que a destrói como defende Gilles Deleuze.

A produção de notícias em rádio implica a colocação sempre que possível de registados gravados com declarações, neste caso concreto, dos atores políticos, a que se chama de RM ou poder-se-á optar por uma peça de voz, gravada apenas pelo jornalista e que serve para explicar pormenores sobre um determinado assunto e diretos. Este aspeto também foi analisado e demonstrado em gráfico. No total da amostra de 392 notícias de política, de Janeiro a Março, das quais 255 têm RM; 74 não têm RM; 60 têm peça de voz e mais 3 diretos. Em suma, as notícias com RM têm uma percentagem de 65% ou seja mais de metade do total da amostra; sem RM aplica-se a 19% as peças de voz 15%. O direto representa apenas um ponto percentual. A utilização de sons nas peças de política está de certo modo interligada com a quantidade de fontes oficiais e não oficiais às quais os jornalistas da estação têm acesso. É por isso, uma forma de documentar junto do ouvinte a notícia previamente apresentada pelo editor.

Quando se trata de um órgão de comunicação social de cobertura nacional como é o caso da RR, é evidente uma maior facilidade de acesso a fontes oficiais ligadas ao poder governativo (políticos, governantes e deputados no parlamento) enquanto, o recurso a fontes não oficiais fica reduzido a uma pequena percentagem. O uso das fontes é um dos aspetos importantes a ter conta para confirmar a credibilidade das notícias editadas, sobretudo em matéria de política que é o principal alvo deste estudo. A utilização de fontes oficiais, das quais fazem parte os membros do governo, parlamento, partidos, sindicatos e empresas públicas prevalece em 95% na informação política da RR face aos 5% atribuídos às fontes não oficiais onde está inserida a população em geral, os representantes de associações socioculturais, artistas e comentadores. Num olhar sobre a massa noticiosa produzida entre Janeiro e Março de 2013, verificou-se maior predominância no noticiário das 07:00 do mês de Janeiro. Os blocos das 8 e das 9 da manhã também têm um considerado número de fontes oficiais mas em menor número face ao noticiário das sete horas. No âmbito do trabalho desenvolvido na RR, a Jornalista Carolina Duarte referiu que “há tipos de Jornalismo que têm credibilidade pelo tipo de fontes que têm. Só em último caso, usam-se as fontes não oficiais. Mas é preferível e mais credível utilizar fontes oficiais. Em situações extraordinárias, se tenho uma notícia, só dá para avançar com ordem do diretor de informação. Na opinião de Manuel Carlos Chaparro, citado por Vasco Ribeiro (2006), existe um objetivo “motivacional” no qual as «as instituições apropriaram-se das habilidades narrativas e argumentativas do jornalismo; assimilaram as rotinas e a cultura da produção jornalística; e no planeamento e controlo dos acontecimentos, a

dimensão comunicativa ganhou preponderância, para a divulgação dos eventos e difusão do discurso».

No contexto jornalístico, Jorge Pedro Sousa chama a atenção para o recurso às fontes de Informação (em rádio com o uso do som) e alerta que ao privilegiar “umas fontes em detrimento de outras, o jornalista já está a influenciar o conteúdo das notícias”. O investigador refere que no meio político, a influência dos assessores de imprensa é mais marcante, pois tentam que as instituições ou as causas que representam sejam alvo de cobertura noticiosa e que se “despreze os acontecimentos negativos e releve os acontecimentos positivos”. Para Leon Sigal as fontes influenciam a construção das notícias apesar da mediação das *news media* e dos jornalistas”. Rogério Santos (1997, p.76) explica que “ o jornalista raramente está em posição de observar o acontecimento- precisa de alguém que lhe faça um retrato mais correto possível, que é a fonte”. De acordo com Molotch e Lester (1974) os “promotores de notícias” conseguem transformar certos acontecimentos em notícia ou evitar que outros sejam noticiados e assim os jornalistas têm um elevado grau de autonomia na relação com as fontes e por conseguinte na construção das notícias. Mas há opiniões contraditórias sobre a influência das fontes. Hall (1978) considera-as suficientemente poderosas para definir o enquadramento das notícias, o que pressupõe uma menor capacidade de intervenção do jornalista. Herbert Gans (1979) admitiu que as fontes satisfazem as necessidades informativas dos *Mass Media* devido ao posicionamento que ocupam na estrutura social e identifica os fatores que determinam a supremacia de umas fontes sobre as outras: incentivos, poder da fonte, capacidade de fornecer informações credíveis, proximidade social e geográfica relativamente aos jornalistas (Gans,1979, p.117). Para Gans, as fontes conhecidas produzem quatro vezes mais notícia do que as desconhecidas. “As manobras da imprensa noticiosa procuram influenciar o resultado de uma decisão, mudando a informação que lhe serve de base (...) as fontes oficiais são os olhos dos jornalistas mais respeitáveis, enquanto o cidadão anónimo precisa de causar impacto público através de atos extraordinários”. (Sigal, 1973, p.130). Luhmann defende que “ para a política, a opinião pública é um dos mais importantes sensores cuja observação substitui a observação directa do ambiente. Os temas da opinião pública, as notícias e os comentários na imprensa e no audiovisual têm uma óbvia importância para a política e ao mesmo tempo escondem com a sua evidência o que é realmente importante. Tem simplesmente de aparecer nos jornais” (Luhmann,1992, p.85).

7. Conclusões

A partir dos resultados obtidos através da elaboração do estudo de caso é possível obter as repostas às perguntas de partida colocadas no início do trabalho de investigação.

Quanto à questão colocada para saber qual o lugar da Política nos noticiários do horário-nobre da RR foi possível concluir que a Política é a editoria predominante nos noticiários de horário-nobre da RR apesar de estar muito próxima da Economia e da Sociedade. No entanto, na Emissora Católica, a editoria de religião ganha destaque sim, em alturas de acontecimentos marcantes para a comunidade católica. Pode considerar-se que a política está na liderança, tal como preconizam os autores acima referenciados devido à necessidade de informar o cidadão comum sobre as decisões do governo, não só pelo impacto que têm na vida da população mas pelas alterações constantes que surgem diariamente nas leis e nas obrigações que regem a vida em sociedade, fruto da discussão das matérias em sede parlamentar e da intervenção dos partidos e sindicatos. As decisões geradas no seio da política acabam por determinar a agenda dos Media, a *agenda-setting*, tal como defende Nelson Traquina e Mauro Wolf e por conseguinte, influenciam o modo de pensar da opinião pública no imediato sobre determinados assuntos.

Quanto à pergunta sobre o tratamento dado à informação política, o estudo de caso permitiu apurar que o editor da RR filtra a informação com base nos valores-notícia e na linha editorial da estação. Deste modo, é possível demonstrar a aplicação da teoria de Philip Schlesinger de que os “Jornalistas têm consciência do seu papel na construção da realidade”. Por outro lado, é impossível evitar o *Mimetismo* que Ramonet descreve. Os meios de comunicação “imitam-se” uns aos outros, muitas vezes sem procurarem novos ângulos para abordarem o mesmo tema. Limitam-se apenas a seguir de igual modo o que os outros dizem. Na RR, verificou-se que existe uma preocupação do chefe de redação e do editor para abordar os temas de ângulos diferentes sem fugir ao tema principal. Em matéria de política há ainda os comentadores “específicos” da RR que deixam sempre opiniões e críticas que se tornam “lufadas de ar fresco” na análise de um tema e muitas vezes acabam por causar impacto nos outros órgãos de comunicação social.

A última questão dirige-se à utilização das fontes oficiais e não-oficiais nos noticiários de horário nobre. Assim, pode considerar-se que a credibilização é a linha orientadora na RR em matéria de fontes. Na editoria de política, predominam as fontes oficiais para confirmarem a introdução apresentada pelo editor e sustentar os factos da notícia em si. Na maioria das notícias utilizam-se fontes oficiais com declarações de

membros do governo, parlamento, organizações oficiais para atribuir mais peso e transmitir ao ouvinte, a convicção e a certeza do que se afirma.

A informação na RR é de modo geral trabalhada com rigor para alcançar o máximo de objetividade junto do auditório. No entanto, a Política destaca-se, pois é nesta editoria que o jornalismo satisfaz a ânsia de anunciar o que vai mudar no país, provocando ao mesmo tempo uma reação na comunidade, seja de crítica ou de elogio abrindo portas ao comentário, às novas ideias e a opiniões diferentes, assentes na liberdade de expressão que atualmente caracteriza Portugal como um estado de Direito Democrático.

A realização do estudo de caso sobre o tratamento da informação política nos noticiários de horário-nobre na RR, nos primeiros três meses de 2013, pretende ser um contributo para confirmar o lugar de destaque que os assuntos de política e os seus atores conquistaram na informação da Emissora Católica Nacional. Em seguida, apresentam-se alguns aspetos a ter em conta quanto aos aspetos positivos da estratégia utilizada pela RR e os fatores de risco que podem estar subjacentes quanto à aposta de destacar os temas de Política, o uso de sons nas notícias e políticas e a predominância das fontes oficiais em detrimento das não-oficiais.

Nesse sentido, a análise permitiu reafirmar que a informação política é a rainha das editorias nos noticiários de horário-nobre, o que pode ter aspetos positivos para a estação e que devem ser destacados, tendo em conta que se vive na era da globalização.

Os portugueses estão cada vez mais informados e por isso, mais exigentes sobre as decisões dos governantes nacionais e da União Europeia que indiretamente já têm um impacto significativo nas políticas do país. O cenário de crise económica e política em Portugal nos últimos anos, aguçou o interesse da população e a ânsia de respostas para os problemas gerados devido a políticas de emprego e de economia de mercado que obrigam as pessoas a mudar de vida, encontrando uma solução na emigração para países lusófonos, como Angola e Brasil em vez dos países europeus. Neste contexto, assiste-se a uma tentativa da RR para dar resposta às dúvidas que surgem na sociedade portuguesa sobre estas questões procurando uma informação atualizada de hora a hora com o objetivo de esclarecer da melhor forma o auditório. Este cenário reporta para as ideias de Maximiliano Martín Vicente em que num período de crise, como aconteceu na II Guerra Mundial, dá-se uma relação direta entre as estruturas sociais, formações ideológicas, produtos discursivos e meios de comunicação. Pode tratar-se de uma relação de conflito cujo resultado leva à

mudança abrindo alas ao debate, troca de ideias e de opiniões e à crítica na esfera pública segundo os critérios de Jürgen Habermas.

Há, porém riscos que a estação de rádio corre ao optar pelo destaque constante de notícias de política e esta é uma oportunidade de expor tais perigos. Deste modo, destaca-se o mimetismo, conceito introduzido por Ignatio Ramonet, para explicar que os Media “imitam-se” uns aos outros deixando para trás a preocupação pela procura de algo novo e diferente. O que se assemelha à figura criada por Nietzsche do homem que procura Deus com uma candeia, o que se traduz numa busca difícil, demorada e exigente. Nesse sentido, a RR não é exceção e também segue os outros meios de cobertura nacional, repetindo aquilo que os atores sociais dizem, sobretudo num determinado momento, pois na era da tecnologia, não há tempo para refletir, a reação do momento torna-se assim a mais importante.

Por conseguinte, há uma agenda que se repete em todos os órgãos de comunicação em Portugal, pois é fornecida na maioria dos casos pela mesma agência noticiosa, a Lusa. O que leva a que todos os órgãos de cobertura nacional estejam no mesmo evento, no mesmo dia, à mesma hora, ou seja, todos cobrem o mesmo acontecimento, o que reflete a “agenda-setting” identificada por Mauro Wolf e por Nelson Traquina.

Deve ainda destacar-se outro fator de risco relacionado com o fato de alguém não perceber ou gostar de assuntos de política perde o interesse de ouvir o noticiário até ao fim porque já sabe de antemão que haverá poucos temas que o possam cativar. Deste modo, o ouvinte procura outra estação e pode até fidelizar-se caso a informação vá ao encontro das suas expectativas, preferências e necessidades informativas.

Por outro lado, considera-se importante refletir se todos os assuntos noticiados em horários-nobre são de facto relevantes e acrescentam algo de inovador e de diferente ou são apenas a mera repetição do bloco anterior alimentando, por vezes, críticas e acusações pouco fundamentadas entre os atores mais mediáticos. Este aspeto pode cansar o ouvinte e tornar-se num aspeto decisivo para que mude de frequência. Em virtude desta situação, a RR corre o risco de segmentar o público-alvo e de perder audiência para as massas, tornando-se uma estação de elite. Fica no ar a questão se esse é o objetivo para os próximos anos para fazer vingar uma forma diferente de fazer informação, dita “generalista”.

Em função das considerações deixadas anteriormente, apontam-se algumas sugestões. A seleção das notícias, de hora a hora, deverá ser feita tendo em conta a

existência de factos novos e relevantes. O comentário e a crítica podem ser colocados no ar quando as afirmações são consistentes e construtivas indo ao encontro da utilidade da Ciência Política conduzindo à sistematização dos fenómenos políticos e a uma melhor compreensão dos mesmos para que os cidadãos possam intervir na legitimação do poder e participar de forma ativa na vida política do Estado. Assim, o poder dos Media pode também sair reforçado junto da opinião pública.

A utilização de sons ou registos magnéticos nas notícias é outro aspeto a destacar no âmbito do estudo de caso. Trata-se de uma regra em rádio, para transmitir ao ouvinte a credibilidade daquilo que o editor anuncia e por outro lado, acrescenta sempre algo de novo que o jornalista não disse. Por norma, o som tem uma duração de 30 segundos (critério aplicado na RR). A variedade de sons com diferentes entrevistados também é importante dado que demonstra a dinâmica da rádio e o exercício da liberdade de expressão previsto na Constituição da República Portuguesa.

Todavia, destacam-se alguns fatores que podem influenciar a perceção da mensagem. Assim, é preciso acautelar a qualidade técnica do som para que esteja nas melhores condições como acontece na RR com recurso a novos programas informáticos (para a gravação e tratamento do som) para que a declaração seja perceptível o melhor possível; evitar ruídos e entropia como explica a Teoria Matemática da Comunicação de Claude Shannon, quanto à possível perda de informação que afeta a compressão e a transmissão de mensagens devido à existência de ruído no canal. Neste campo é necessário ter em conta a qualidade da mensagem para que se possa seleccionar a declaração do entrevistado que seja esclarecedora, concreta e objetiva sem deixar margem para dúvidas.

Quanto ao recurso a fontes oficiais em larga maioria em detrimento das não oficiais na RR pode considerar-se que revela a facilidade de acesso e a credibilidade da estação junto de personalidades do governo, do Parlamento e de outros organismos com poderes de decisão a nível judicial e económico. A facilidade de acesso a dirigentes partidários e a investigadores de política e a personalidades de outras áreas eleva o grau de exigência da qualidade da informação produzida na RR.

Contudo, os riscos existem, sobretudo quando se recorre sempre às mesmas fontes para o comentário, a crítica ou a opinião sobre um assunto em destaque nos noticiários de horário-nobre. Esta opção transmite uma certa “cultura” do mediatismo de algumas personalidades em detrimento de outras que podem ser menos conhecidas do grande público mas cujo grau de conhecimento e de maturidade de ideias possa ser mais elevado.

Por outro lado, é importante acautelar a informação divulgada através dos assessores de imprensa de partidos, governo, sindicatos, dado que existe o objetivo de filtrar informação pretendida para ser tratada na altura que convém à entidade promotora. Assim, o editor em vez de lançar a notícia com base na investigação realizada pelos jornalistas é induzido a procurar explicações sobre o assunto expresso no comunicado de imprensa, como por exemplo, as propostas legislativas dos partidos. Uma matéria pode ou não ser relevante em determinado momento face a outros assuntos. Mas é importante ressaltar que em caso de anúncio de greves, de demissão de líderes partidários ou de reformas profundas na organização do Estado ou de entidades públicas há que ir ao encontro da informação que chega às mãos do editor mesmo através dos assessores de imprensa, a não ser que haja fuga de informação e a estação tenha garantida a veracidade dos factos para divulgar a notícia e assim conseguir o “furo jornalístico” ou um “exclusivo”.

Na realidade, hoje em dia, o jornalismo político “fabrica-se” com base nas novas tecnologias e faz-se de um modo diferente daquele que vigorava na cobertura jornalística que se fazia na 1ª República, com tempo para investigar, alimentar as convicções políticas e amadurecer ideologias partidárias que permitiram a Portugal chegar ao século XXI com um regime democrático pleno de liberdade de expressão, de imprensa e com direito de voto para homens e mulheres, entre outras regalias que retratam a mudança de mentalidade na sociedade contemporânea.

A falta de tempo impediu a abordagem de outras questões que possam ser relevantes na análise da Informação Política, por isso, apresentam-se algumas sugestões a tratar numa próxima reflexão, sobretudo quanto aos valores-notícia que fundamentam o jornalismo político em rádio, no início da segunda década do século XXI; o enfraquecimento da investigação jornalística em detrimento do que acontece aqui-agora e qual o reflexo da informação, fabricada no momento, na formação da opinião pública.

IV O Estágio

O trabalho desenvolvido ao longo dos três meses de estágio é agora exposto com o objetivo de dar conta de todo o processo desde o início, cuja data foi escolhida por acordo entre o aluno e o chefe de redação. Por outro lado, apresenta-se a lista de trabalhos que o editor propôs no âmbito da colaboração com a equipa de jornalistas, previamente acordada com o chefe de redação, para a execução de entrevistas gravadas em estúdio e no acompanhamento em reportagens.

O início do estágio ficou marcado para 7 de Janeiro e o fim para 7 de Abril de 2013 numa primeira reunião com o subdiretor da estação, Pedro Leal. Nesta reunião, foi ainda tratado o aspeto de ter Carteira Profissional de Jornalista e de poder eventualmente dar voz nas peças que pudesse fazer durante o estágio. Esta possibilidade não pode avançar dado que se tratava de um estágio curricular e como tal não poderia gravar peças para os noticiários. Mas podia acompanhar todo o trabalho da redação e colaborar com a equipa de jornalistas na produção das peças no horário do turno da manhã, com entrada às 07:00 e saída às 14:00.

Na realidade, ao fim de uma semana de ter iniciado o estágio, o editor ainda não tinha distribuído nenhum serviço. Foi preciso explicar-lhe o que estava a fazer na redação e que o estágio era uma componente do segundo ano Mestrado que estava a frequentar na Faculdade de Letras do Porto. Desde então, o editor pedia para fazer alguns contatos por telefone assim como era a Jornalista Carolina Duarte que lançava o desafio para que a acompanhasse em reportagem, o que viria a acontecer com o consentimento do editor. O cenário foi semelhante até ao fim do estágio. Deste modo, foi possível recolher elementos teóricos e também dados (a gravação dos noticiários) para executar as tabelas auxiliares ao estudo de caso integrado no relatório de Estágio.

1.Trabalhos Gravados

Nos meses de janeiro a março deste ano começaram a surgir os trabalhos eram pedidos e por observação direta e foi possível verificar que existem muitas semelhanças no modo de preparação de uma manhã informativa em rádio num meio de cobertura regional e nacional. A partir das sete horas, consulta-se a agenda da estação para verificar quais os trabalhos marcados previamente para o dia e distribuí-los pelos jornalistas: entrevistas por telefone ou reportagem no exterior. Na RR, dado que é uma rádio de cobertura nacional existe acesso à agenda da Agência Lusa que dá sempre mais indicações sobre onde vão estar os membros do governo e outras personalidades. Por isso, na RR há sempre duas agendas para consultar. Este processo é comum também nos meios regionais. Porém, por motivos económicos, os jornalistas não têm acesso à agenda da Agência Lusa, pois é um serviço pago. A leitura dos jornais diários é obrigatória em qualquer lado, pois permite retirar notícias para editar durante a manhã e trabalhar alguns temas por ângulos diferentes. Para isso, é sempre necessário fazer uma leitura atenta das notícias do jornal, do *press release* da agência e até fazer uma breve pesquisa antes de contactar com a fonte. No caso

das notícias de políticas, o cenário é comum no que respeita ao acesso às fontes, tanto na RR como nos meios regionais. Os jornalistas têm a própria agenda de contatos quase “secreta” com números que valem ouro de determinados políticos, membro do governo e do poder local. No entanto, existe sempre uma agenda de contatos da estação acessível a todos os profissionais com contatos diversos. Após a escolha da fonte, há que conferenciar com o editor sobre o ângulo pretendido para a peça seguindo-se um prévio contato telefónico com a fonte para abordar o assunto e propor uma entrevista gravada. Em caso de resposta positiva após a realização da gravação da entrevista perguntas, há que editar o som com 30 segundo de acordo com a regra aplicada em rádio. Nos meios regionais existe uma maior abertura das chefias para dar mais tempo aos entrevistados em antena sobretudo aos políticos (opções de empresas privadas de comunicação) enquanto na RR, os profissionais têm uma margem de manobra de escassos segundos para além dos 30`. Os jornalistas entrevistados no âmbito do estudo de caso e que trabalham na empresa há mais de duas décadas notam que existe um limite de tempo muito rigoroso para os sons o que limita muitas vezes a abordagem que se pode fazer de um determinado tema e limita a estação a acompanhar os assuntos que os outros Media noticiam. No caso da RR, os temas sobre Política são abordados em profundidade em programas específicos para esse fim. Após a seleção da parte da entrevista pretendida para documentar a peça, o som era colocado no sistema informático a nível interno. O editor tinha acesso de imediato ao ficheiro para analisar o RM. Nesta fase, há sempre uma troca de ideias com o editor sobre as afirmações do entrevistado, a aceitação que teve ao convite para a entrevista e a reação às perguntas colocadas, o que também acontece regra geral nos meios regionais onde se tem desenvolvido a minha carreira profissional.

Nas reportagens no exterior, não surgiram surpresas. Na realidade, os serviços ocorrem na zona do Porto e de Vila Nova de Gaia onde foi possível verificar que os jornalistas destacados para os serviços de rua são quase sempre os mesmos o que lhes permite criar uma empatia entre colegas e até com as entidades públicas que por norma se encontram nos eventos assim como acontece a nível local. A rivalidade entre os meios de comunicação social só é mais evidente quando uma figura de estado se desloca a um local. Aí sim, há disputa para tentar obter respostas a questões sobre assuntos que marcam a ordem do dia e que por vezes nada tem a ver com o acontecimento em causa. Este cenário repete-se em qualquer região onde já trabalhei. No último dia de estágio, decorreu a inauguração da Estátua “O Porto” nos Aliados. O Presidente da Câmara do Porto esteve

presente mas os jornalistas aproveitaram logo a presença do autarca para fazerem questões sobre a possibilidade de se recandidatar às eleições autárquicas de Setembro de 2013. A resposta de Rui Rio foi evasiva e pouco concreta. Aquele momento em nada tinha a ver com questões da candidatura mas já ecoavam vozes nos Media sobre a decisão de Rio com base na nova lei da Limitação de Mandatos.

2.Lista de trabalhos gravados e de reportagens realizadas durante o estágio

Nos quadros seguintes, apresenta-se uma listagem dos contatos efetuados durante o estágio no âmbito do Mestrado em Comunicação Política realizado na Redação da RR-Porto. Os temas e as pessoas a contactar foram atribuídos pelo editor ou subeditor apenas para gravação áudio e posterior tratamento do som para a retirar o excerto mais adequado ao ângulo da notícia que estava a ser trabalhada pelos editores.

Trabalhos Gravados

JANEIRO	
TEMA	RM
Linha do douro já está a circular	Susana Abrantes- Refer
Previsões de Tempo Frio	Meteorologista Bruno Café
Previsão tempo	Meteorologista Maria João fraga
Projeto para estudar o Cérebro Humano	Investigador Rui Costa/ Fundação Champalimaud
Economista Deco- pedir fatura	Jorge Morgado
Reportagem: Inauguração do Centro Inter. Vinho do Porto-Gaia	Primeiro-Ministro-Pedro Passos Coelho
Reportagem: Conferência Palácio da Bolsa	
Reportagem Palácio da Bolsa: Protocolo promover as exportações para a China	

FEVEREIRO	
TEMA	RM
Contesta as críticas da APSI pela falta de cadeiras para crianças em autocarros pesados de passageiros	Cabaço Martins- Antrop



Foto 4 Ilha de Gravação

Conclusão

A concretização do trabalho de investigação foi possível devido à recolha de elementos durante o estágio na Rádio Renascença-Porto entre Janeiro e Março de 2013 para obter junto da entidade as respostas às perguntas de partida sobre: o lugar da política nos noticiários de horário-nobre, o tratamento da informação política e o recurso às fontes. Os dados quantitativos e as entrevistas realizadas aos jornalistas, com mais anos de serviço na redação do Porto, permitiram perceber as opções da estação e os critérios que fundamentam o trabalho diário da redação da Emissora Católica Nacional.

A opção de realizar um estágio ao fim de doze anos de trabalho profissional como jornalista em rádio, imprensa e até em televisão surgiu inesperadamente no início do ano letivo 2012-2013. A Faculdade de Letras do Porto apresentou duas opções aos alunos: tese ou estágio e o relatório. A experiência profissional acumulada até à data do início do Mestrado tinha sido sempre em meios de comunicação social de âmbito local e regional, mesmo no caso da TV, pois aconteceu em S. Miguel durante o período de trabalho nos Açores, sobretudo em 2006 e 2007. Naturalmente “lá no fundo” existia a curiosidade de contactar com o dia-a-dia de uma redação de um órgão de cobertura nacional para encontrar algumas respostas: será que preparam a edição de um noticiário da mesma maneira que os profissionais dos meios regionais? Quais são os critérios utilizados para selecionarem as notícias? Têm mais facilidade de acesso a determinadas fontes? O trabalho de reportagem no exterior é diferente? Na realidade, estas questões despertavam o interesse de conhecer o saber fazer dos profissionais de uma rádio nacional. Esta “ânsia” foi determinante para escolher a opção de Estágio num dos órgãos de comunicação que tem protocolo com a Faculdade.

No âmbito do estágio, poder-se-á fazer um balanço positivo da aprendizagem e do convívio com colegas de profissão durante três meses que permitiu desmistificar a ideia de que os órgãos nacionais são diferentes, melhores e o supra sumo do que se faz em

informação em rádio no país. É certo que as expectativas iniciais estavam num patamar mais elevado face ao que foi o estágio o nível da atribuição de trabalhos, o que se pode verificar numa pequena lista de temas que foram tratados em três meses. Nestas circunstâncias, foi determinante enveredar pela observação participada para que pudesse elaborar o estudo de caso. O contato com o meio político foi reduzido, tendo em conta que os temas atribuídos estavam mais relacionados com a editoria de sociedade e cultura. No exterior, as reportagens foram poucas e nem sempre diziam respeito a temas de política.

A experiência na RR marca o percurso profissional a par do académico, ambos estão interligados para reforçar o conhecimento teórico e prático do que é ser jornalista em rádio, hoje em dia, em Portugal. Este é um meio, onde as especialidades se diluem e todos os profissionais conseguem tratar diversos temas desde saúde, política, economia, desporto e cultura com a mesma preocupação, interesse, rigor e profissionalismo. A RR à semelhança das outras rádios regionais, não tem uma definição exata de editorias nem de especialistas apesar de ter um leque de comentadores e de profissionais mais capacitados para analisar determinada área como por exemplo, a Diretora de Informação da RR, Graça Franco é especialista em assuntos de economia. Na política, destacam-se nomes como Francisco Sarsfield Cabral e Pedro Leal para comentarem as notícias que marcam a atualidade mas à parte disso, a estação recorre sempre às fontes diretamente relacionadas com os temas quer sejam de política, economia ou desporto para uma maior credibilização da notícia e da estação. No meio regional, há esta incidência junto das fontes do poder local, das associações e entidades privadas da área de cobertura da estação em causa.

Há de fato profissionalismo e exigência para o cumprimento do dever de informar o melhor possível, a preocupação de confirmar os factos junto das fontes, sobretudo quando o assunto é sobre religião. A matéria deve ser mais aprofundada possível dado que se trata da Emissora Católica Nacional como sucedeu na altura da renúncia do Papa ao pontificado e a eleição do novo chefe da Igreja Católica. O tempo dos noticiários foi alargado, houve mais diretos e entrevistas com várias personalidades da Igreja e comentários em antena.

Esta situação torna a RR única em Portugal apesar da atenção que as outras rádios possam dar aos assuntos religiosos, pois existe maior facilidade para a Renascença de penetrar no meio e estar mais perto das fontes certas para comentar determinado acontecimento.

Bibliografia

- Aristóteles (1252), *“Política, Grécia,*
- Arnheim, Rudolf (1980), *“Arte e Percepção Visual”*
- Baptista, C. (2012), *Política nos Jornais Portugueses-do século XIX ao Marcelismo,* ESCRITÓRIO Editora,
- Bernstein, E. (1899), *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social Democracia,* Berlim
- Breton, Philippe (1992), *“A Utopia da Comunicação”*, pp 13-16. Instituto Piaget, Lisboa
- Breton, Philippe & Proulx, Serge (2002), *“Sociologia da Comunicação”*, Editora Loyola, São Paulo
- Cádima, Francisco Rui, *“Representação da Política na televisão: os casos de Salazar e Caetano”* (1997), Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Edições Colibri, p. 165, Lisboa
- Camponez, Carlos (2009) *“Fundamentos de Deontologia do Jornalismo”*, Universidade de Coimbra
- Canavilhas, João *“Congresso Ibérico de Comunicação “WEBJORNALISMO- Considerações gerais sobre jornalismo na web”*, Universidade da Beira Interior – Portugal
- Caetano, Marcelo (1997), *“Minhas Memórias de Salazar”*, Editorial Verbo, Lisboa
- Colombo, Furio (1995) *“Conhecer o Jornalismo Hoje”*, Editorial Presença
- Carvalho, A. M. (2006) *“Dicionário da História de Portugal”*, Figueirinhas, Porto
- Chaparro, Manuel Carlos (2001), *“Linguagem dos Conflitos”*, Minerva: Coimbra.
- Constant, B.(1819), *“Sobre a Liberdade dos Antigos Comparada com a dos Modernos”*, Paris
- Conde, Fernanda, *“Filosofar...quem, eu?”*, Porto Editora
- Dardenne, S. E. (1988), *“Myth, Chronicle and Story: Exploring the Narrative Qualities of News In W.Carey,* Ed. Media
- Dias, J. S. (1981), *“A Revolução Liberal Portuguesa: amálgama e não substituição de classes”*, in *“O Liberalismo na Península Ibérica na 1ª metade do Século XIX”*, vol. 1. Sá da Costa.
- Gans, Herbert (1979), *“Deciding what’s news”*, A Study of CBS Evening
- Gaia, Rossana (2011) *“Comunicação e Política”*, São Paulo
- Gillmor, Dan (2005) *“Nós os Media”*, Editorial Presença, Lisboa

Gurevitch, Michael e Blumberg, Jay G. (1995), “*A Construção do Noticiário Eleitoral: Um estudo de observação na BBC*”, Loughborough University

Goffman, E. (1988) “*Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*”, 4ªed. Rio de Janeiro: LTC

Gontijo, S. (2004) “*O livro de ouro da Comunicação*”, São Paulo: Ediouro

Habermas, Jürgen (1990), “*Mudança Estrutural da Esfera Pública*”, pp 260-265. Biblioteca Tempo Universitário 76, São Paulo.

Humboldt, W. V. (2004) “*Ensaio sobre Os Limites da acção do Estado*”, TopBooks, Rio de Janeiro

Jaeger, W. “*Paideia, a formação do homem grego*”, ed. Aster

Jeanneney, J.-N. (1996), “*Uma História da Comunicação Social*”, Terramar, Lisboa

João Cardoso Rosas, A. R.(2013), “*Ideologias Políticas Contemporâneas*”, Almedina, Coimbra

Judt, T. (2011), “*Um Tratado Sobre Os Nossos Decontentamentos*”, Edições 70, Lisboa

Kant, Immanuel.(1993) “*Crítica da faculdade do juízo*. Tradução de Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária

Lampreia, Martins; Caetano, Joaquim “*Marketing e Comunicação*”, Edições Sílabo, Lisboa

Macedo, J. B. (1963) “*Dicionário da História de Portugal*”, Iniciativas Editoriais

Maquiavel, N. (1515),” *O Príncipe*”, Ridendo Castigat Mores, ebooksBrasil.com

Martins, Pina (1973) “*Humanismo e Erasmismo na cultura portuguesa do século XVI*, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris

Medina, Daniel Rosário (2006) “*Mediatização da Comunicação Política, Media, Política e Comunicação- A negociação do Poder*”, tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela

Medina, João (1995), “*História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*”, Amadora Clube Internacional do Livro

Meneses, E. D. (1973) “*Fundamentos Científicos da Comunicação*”, Petrópolis: Vozes.

Mesquita, Mário (1995) “*Tendências da Comunicação Política*”, Revista de Comunicação e Linguagens nº 21-22, p. 385, Observatório Político, Lisboa

Midões, Miguel, *Comunicação Política que futuro?* 2009

Mónica, M. F. (1978), “*Educação e Sociedade no Portugal de Salazar. A Escola Primária Salazarista (1926-1939)*”, Editorial Presença, Lisboa

- Pádua, M. d. (1991) "*Defensor Menor*" Vozes, Petrópolis
- Pereira, J. M. (1973) "*Fundamentos Científicos da Comunicação*", Petrópolis: Vozes.
- Piedrahita, Manuel (1996), "*Jornalismo Moderno*", Plátano, Lisboa
- Platão. (1976). "*República*" (Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição ed., Vol. Livro VII).
- Proudhon, P. J. (1840). "*O que é a propriedade?*", A La Librairie de Prévot, Paris
- Pessoa, Fernando, (1934), "*A Mensagem*", Europa América.
- Ramonet, Ignatio (1999) "*A Tirania da Comunicação*", Campo dos Media, Porto
- Ribeiro, Lair (1998), "*Comunicação Global*", Pergaminho, Lisboa
- Rousseau, Jean Jacques, (1762) "*The Social Contrat*", Penguin Books- Great Ideas, England
- Russ, Jackeline (1997) "*A Aventura do Pensamento Europeu*", Terramar
- Saraiva, J. H. "*História de Portugal*" (pp. vol. 6, p. 44). Alfa.
- Schlesinger, P. (1977). "*Abstrato*", British Journal of Sociology, vol. 28, nº 3 .
- Schwalbach, E. (1941). "*À Lareira do Passado*", Edição do Autor, Lisboa.
- Scruton, R. (1980) "*The Meaning of Conservatism*", St. Augustine's Press.
- Serrão, J. V. "*História de Portugal*", Editorial Verbo, Vol. VI, 1979, Lisboa
- Sigal, Leon V. (1973), "*Reporters and officials: The organization and Politics of Newsmaking*", Paperback
- Silbert, A. (1978) "*Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien régime*", vol. I, 2.a ed., Lisboa, INIC, pp. 91-92
- Silva, Elsa Costa (2013) "*Regulando Pluralismo e Diversidade em Portugal: uma equação sem cidadãos*", Observatório (OBS) Journal, Vol. 7, nº 1
- Sousa, J. P. (2006) "*Elementos da teoria e pesquisa da comunicação e dos media*", Porto: Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação.
- Torquato, Gaudêncio (2002) "*Tratado de Comunicação organizacional e Política*", Thomson Learning
- Traquina, Nelson. "*Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*", Lisboa: Vega.
- Thompson, J. B. (1998) "*Os Media e a Modernidade- teoria social dos Media*", Vozes, Petrópolis
- Wolf, Mauro (1994) "*Teorias da Comunicação*", pp 11-15. Editorial Presença, Lisboa
- Ramonet, Ignacio, (1999), "*A Tirania da Comunicação*", Campo dos Media, Porto
- Ribeiro, Fernando Vasco, (2006) "*Fontes Sofisticadas de Informação*", Repositório-aberto.up.pt

Rodrigues, Adriano Duarte, “*O Acontecimento*”, in *Jornalismo, questões, teorias e estórias*, Nelson Traquina (coord.) Lisboa, Vega

Rosas, Fernando, “*O Estado Novo (1926-1974)*”, in *História de Portugal*, vol. VII, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa.

Vicente, Francisco Carvalho, (2012) “*Política Mediatizada: A televisão e a configuração do Dispositivo de Comunicação Política*”, Observatório Político, Abril,

Vicente, Maximiliano Martim, (2009) “*História da Comunicação Social: um campo em construção*”, Editora Unesp.

Sites

www.gmcs.pt (gabinete para os meios de com. social)

www.mediacapital.pt

Lusocanal, radiodifusão Lda (página inserida no Facebook)

www.rdp.pt

rr.sapo.pt

www.tsf.pt

www.impresa.pt

www.infoescola.com

www.bocc.ubi.pt

Legislação

Decreto-Lei n.º 29 937, de 21 de setembro de 1939

Decreto-Lei n.º 30 752, de 14 de setembro de 1940

Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro

Lei n.º 4/2001, de 23 de fevereiro

Anexos

Entrevistas aos Profissionais da Estação da RR-Porto

Entrevistado: Sub-editor Henrique Cunha

1-Quando é que começou a trabalhar na RR?

Entrei em 1989.

2-Os editores têm o cuidado de preparar a agenda com antecedência?

Há uma preparação do dia anterior, sempre.

3-Quais os critérios utilizados para fazer a seleção das notícias que fazem parte dos blocos informativos?

O editor valoriza a perspectiva de quem ouve e logo, o que gosta mais de ouvir. Há uma busca constante do que está a acontecer mas hoje é muito mais difícil distinguir o que é mais importante porque há tudo à distância de um clique.

4-Como se produz a informação política?

Há contatos pessoais e com boas fontes faz-se facilmente. As fontes oficiais têm mais peso no entanto, as fontes não oficiais também se podem valorizar. Por exemplo, a propósito da Moção de Censura apresentada hoje. Temos uma entrevista com o Primeiro-Ministro, o líder da oposição vai estar em direto e ainda há uma entrevista gravada com o líder parlamentar do PS.

Entrevistado: Jornalista Raúl Paula dos Santos

1-A experiência de trabalhar na redação da RR.

Entrei para a RR em Março de 1987. Naquela altura só fazia Informação, havia a Onda Média com produção própria no Porto. Abordavam-se mais os assuntos regionais, por exemplo, acompanhavam-se as sessões de câmara. Na altura não havia equipas em Lisboa e no Porto. Todos pertenciam à equipa nacional.

2-Qual o relacionamento das fontes com os jornalistas: proximidade, empatia, influência, interesse, dar nas vistas, aparecer.

A maioria dos contatos faz-se por telefone mas também há muito contato pessoal. Há uns anos, as pessoas conheciam-se e aceitavam-se mais. Quando ia ao parlamento fazia os contatos- era como uma família- entre deputados e jornalistas. A minha sensação é que

no pequeno núcleo de Lisboa, há muitos contatos. Mas há também um problema, por exemplo o Jornalista da Sic, Ricardo Costa e o ex-Primeiro Ministro cresceram juntos, tratam-se por tu. Há proximidade a mais em pequenos núcleos e isso acontece quando se está permanentemente no meio.

3-Há pressão dos jornalistas para conseguir as entrevistas exclusivas por telefone; as pressões dos assessores ou dos próprios políticos ou também há interesse da parte dos políticos para aparecerem no meio público e por isso colaboram?

O interesse é mútuo entre políticos e jornalistas. Mas ainda funciona muito a informação não oficial, ninguém sabe nada mas lançam achas para a fogueira para ir preparando a opinião pública. A opinião pública se está atenta protesta mais com o conhecimento de causa ou livremente. Mas hoje em dia, toda a gente acha qualquer coisa. Os decisores também apalpa o terreno, por exemplo, o Governo para tomar as decisões concretas. Há cada vez mais o interesse de ver como as pessoas reagem nas redes sociais.

4-Os jornalistas fazem cedências para conseguirem contrapartidas: notícias de abertura; primeira mão; exclusivos; desmentidos e cruzamento de dados para o apuramento da verdade ou funcionam como “moços de recados”?

A velocidade é inimiga do rigor, depois há outro problema, a crise. As redações estão a diminuir e há menos gente a fazer o mesmo. Gera-se uma pressão “surda” que as diferenças e a concorrência agravam.

5-Qual a importância do On-line nos dias de hoje a nível de impacto no público.

As redes sociais são cada vez mais importantes. A rádio até pode dar primeiro a notícia mas as pessoas já recorrem à página da Internet para ler e compreender melhor a notícia. O On-Line tem mais o efeito de fonte.

Entrevistado: Jornalista Carolina Duarte

1-Como tem sido a experiência de trabalhar na redação da RR?

Comecei a trabalhar na RR em 1990. Naquela altura, todos tínhamos de passar pela Onda Média com emissão para o grande Porto com informação local. Liam-se os jornais e fazia-se a “ronda”.

2-Como é que a Informação Política era trabalhada em comparação com o que se faz hoje em dia?

Fazia-se uma informação local com o acompanhamento de eleições autárquicas com muitas entrevistas. Os temas eram aprofundados especificamente e havia horários alargados das 23h às 24h para as notícias de política. Hoje não há tempo em antena para noticiários alargados. Atualmente, os protagonistas mudaram e por isso, também decresceu a importância de acompanhar determinados políticos. Há 20 anos, alguns políticos que estavam nas câmaras foram para o governo hoje não há figuras nacionais nessas estruturas.

3-Há pressão dos jornalistas para conseguir as entrevistas exclusivas por telefone; as pressões dos assessores ou dos próprios políticos ou também há interesse da parte dos políticos para aparecerem no meio público e por isso colaboram?

Há interesse de parte a parte. O político anda em bicos de pés e gera-se uma relação de conveniência. Cada um precisa do outro. Penso que o interesse público deve mover o jornalista. Ele é o intermediário entre o poder político e o povo. Enquanto profissional tenho de fazer as perguntas que os outros gostariam de fazer.

4-Qual o relacionamento das fontes com os jornalistas?

Há tipos de Jornalismo que têm credibilidade pelo tipo de fontes que têm. Só em último caso, usam-se as fontes não oficiais. Mas é preferível e mais credível utilizar fontes oficiais. Em situações extraordinárias, se tenho a notícia só dá para avançar com ordem do diretor de informação.

5-Quais são as mais-valias de dar uma notícia do ponto de vista do anonimato?

O melhor prémio é nunca ter uma notícia desmentida. Por uma questão de ética, perguntar sempre se pode gravar e nunca ocultar que é para gravar. Penso que nesta profissão, deve-se ser humilde, responsável e ético.

Tabelas

RECOLHA DE DADOS DOS NOTICIÁRIOS DO MÊS DE JANEIRO

DIA	HORA	POLÍTICA				ECONOMIA				SOCIEDADE				DESPORTO				CULTURA				RELIGIÃO				INTERNACIONAL				OUTROS				
		C/ RM	Peça Voz	Direto	S/RM	C/ RM	Peça Voz	Direto	S/RM	C/ RM	Peça Voz	Direto	S/RM	C/ RM	Peça Voz	Direto	S/RM	C/ RM	Peça Voz	Direto	S/RM	C/ RM	Peça Voz	Direto	S/RM	C/ RM	Peça Voz	Direto	S/RM	C/ RM	Peça Voz	Direto	S/RM	
1	7H00																																	
	8H00																																	
2	7H00																																	
	8H00																																	
3	7H00																																	
	8H00																																	
4	7H00																																	
	8H00																																	
5	7H00																																	
	8H00																																	
6	7H00																																	
	8H00																																	
7	7H00																																	
	8H00																																	
8	7H00																																	
	8H00																																	
9	7H00																																	
	8H00																																	
10	7H00																																	
	8H00																																	
11	7H00																																	
	8H00																																	
12	7H00																																	
	8H00																																	
13	7H00																																	
	8H00																																	
14	7H00																																	
	8H00																																	
15	7H00																																	
	8H00																																	
16	7H00																																	
	8H00																																	
17	7H00																																	
	8H00																																	
18	7H00																																	
	8H00																																	
19	7H00																																	
	8H00																																	
20	7H00																																	
	8H00																																	
21	7H00																																	
	8H00																																	
22	7H00																																	
	8H00																																	
23	7H00																																	
	8H00																																	
24	7H00																																	
	8H00																																	
25	7H00																																	
	8H00																																	
26	7H00																																	
	8H00																																	
27	7H00																																	
	8H00																																	
28	7H00																																	
	8H00																																	
29	7H00																																	
	8H00																																	
30	7H00																																	
	8H00																																	
31	7H00																																	
	8H00																																	
Totais		112	25	0	23	70	28	0	28	56	22	1	59	11	1	0	20	7	4	0	2	5	0	0	1	9	2	0	11	3	0	0	4	
Totais Editorias					160				126				138				32			13			6			22						7		

I-Recolha de dados durante o mês de janeiro de 2013 entre as 07: 00 e as 09:00

RECOLHA DE DADOS DOS NOTICIÁRIOS DO MÊS DE MARÇO

DIA	HORA	POLÍTICA				ECONOMIA				SOCIEDADE				DESPORTO				CULTURA				RELIGIÃO				INTERNACIONAL				OUTROS			
		C/RM	Peça Voz	Direto	S/RM	C/RM	Peça Voz	Direto	S/RM	C/RM	Peça Voz	Direto	S/RM	C/RM	Peça Voz	Direto	S/RM	C/RM	Peça Voz	Direto	S/RM	C/RM	Peça Voz	Direto	S/RM	C/RM	Peça Voz	Direto	S/RM				
1	7h00	1	1			2				1			1	1						1	1												
	8h00					1	1			1			1							1	1												
	9h00	1				1				1										2		1											
2	7h00																																
	8h00																																
	9h00																																
3	7h00																																
	8h00																																
	9h00																																
4	7h00	2	1			1				2			1	1						1	1						1	1					
	8h00	1				1	1			1	1	1		1						1							1	1					
	9h00					1	1	1		1	1	1	3							1													
5	7h00	3				1	1			1	2	1		2						1		1					1	1					
	8h00	1	1			2	2			2				2						1							1	1					
	9h00	2		1						1				1						1		1											
6	7h00	2				2														1													
	8h00	2				2				1				1						1									1				
	9h00	1				1				1										1							1						
7	7h00	3	1			1				1				1						1							1	1					
	8h00	1				1				1										1							1	1					
	9h00	4	2			1	1	1		2				1	1	1				1	1					1	1		1				
8	7h00	3		1																1													
	8h00	3																		1													
	9h00	5	1																	1						1							
9	7h00																																
	8h00																																
	9h00																																
10	7h00																																
	8h00																																
	9h00																																
11	7h00	2	1			1				1				1						1													
	8h00	2	1			1	1			1	1			1	1					1							2						
	9h00	1	1			1	1			1	2			1						1		1					1						
12	7h00					1								1						2	2	1	1	1									
	8h00					2								1						2	1	1					1						
	9h00													1	1					1	1	1	2	1					1				
13	7h00	1								1	1			1						1	1								1				
	8h00					2								1						1		1					1						
	9h00									1	1			1						1		1											
14	7h00									1	1			1						1		1											
	8h00									1	1			1						1		1											
	9h00									1	1			1						1		1											
15	7h00					3	1			2	1			1						2							1		1				
	8h00	1				3	1			2	1			1						1		1				1							
	9h00	1				1	2			1	1			1	2					1		1				1							
16	7h00																																
	8h00																																
	9h00																																
17	7h00																																
	8h00																																
	9h00																																
18	7h00	1				1				1										2	2												
	8h00					1	1													2	2						1						
	9h00	1				1	1			1	1			2						1	1	1											
19	7h00																			1	1												
	8h00	1				2	1													1		1											
20	7h00	4	2							1																		1					
	8h00					3				1										1						1	1						
	9h00																																
21	7h00	5	1																	2								1					
	8h00	3				1																											
	9h00	4				2				1												1						1					
22	7h00	2	3			2	2	1						1	1																		
	8h00	2				2	2	2																			1	1					
	9h00	1	1			3	2							1													1	1					
23	7h00																																
	8h00																																
	9h00																																
24	7h00																																
	8h00																																
	9h00																																
25	7h00					1	1			1				1						2		1	2	1									
	8h00	1				1	1			1	1	1		1						1		2	2				1						
	9h00	2				2	2			2				1								1											
26	7h00	2				2				1												1	1						1				
	8h00	3				1				1				1	2							1	1										
	9h00	3	2			1	1															3											
27	7h00	1	1			1	1															1						1					
	8h00	1				1				1	2			1						1	1							1					
	9h00	3								1				1						1	1						1						
28	7h00	2								1				1								1	1										
	8h00	2								1				1								1	1										
	9h00									1				1								1	1	1			1						
29	7h00																																
	8h00																																
	9h00																																

